

VIVA A CULTURA BRASILEIRA

Ciro Fernandes/Reprodução

Depois de quatro anos sem apoio do governo federal, a classe artística nacional volta a ganhar incentivo e recursos para a retomada da produção. Lula anuncia a reativação das políticas para o setor e promete injetar R\$ 10 bilhões apenas em 2023

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 10 de Abril de 2023 Nº 90

Tarso Genro elogia disposição de Lula para retomar o país

Bolsonaro depõe na Polícia Federal, mas não se explica

A nação vive tragédia: em Blumenau, homem ataca creche

Brasil e China deixam de usar o dólar para fazer negócios

A poesia e a música de Cazuzza, que faria 65 anos em 2023



Está no ar a exposição virtual
**SÉRGIO BUARQUE DE
HOLANDA: 120 ANOS**

Acesse em fpabramo.org.br/CSBH

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

**CONTRIBUA COM A REVISTA
REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS**

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro. O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

REVISTA
RECONEXÃO
PERIFERIAS

EXPOSIÇÃO



43 anos
NA LUTA PELA
**DEMOCRACIA
BRASILEIRA**

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo,

Fernanda Estima, Guto Alves,

Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Olímpio Cruz Neto e Pedro Camarão



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar,

Arthur Chioro, Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira

dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eleonora

Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de Castro, Esther

Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade,

Fernando Pimentel, Fernando Ferro, Francisco José

Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Lais Abramo,

Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura,

Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

EDITORIAL

O PROTOFASCISMO E A BARBÁRIE

Alberto Cantalice

A recente tragédia ocorrida na creche de Blumenau (SC) chocou o país. A partir do mau exemplo vindo da disseminação de armas nas mãos da população, moda nos Estados Unidos, que vive uma verdadeira epidemia de chacinas, instalou-se aqui mais essa triste realidade, transportada para o Brasil com a eleição de Jair Bolsonaro.

O culto às armas com o discurso falso da autodefesa da população e a propalada facilitação da aquisição de armamentos pelos CACs – colecionadores, atiradores esportivos e caçadores, – transbordaram para o contrabando e a venda de armamento legal para as organizações criminosas pelo Brasil afora.

O aumento exponencial do número de ataques às escolas, a verdadeira chaga do feminicídio e da violência doméstica e familiar – e o crescente surto de brigas de trânsito com o uso de armas de fogo – são efeitos colaterais do quadro trágico que o protofascismo legou ao novo governo eleito em 2022.

Epicentro da espiral fascizante foi a intentona golpista em 8 de janeiro. As imagens da destruição dos prédios da institucionalidade do Estado – o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal – correram o mundo. A não punição severa dos atos ocorridos pode agir como agente estimulador de outras aventuras.

Surpreende a sociedade a banalização de atitudes criminosas perpetradas por pessoas que aparentemente exerciam atividades normais no seu cotidiano e do nada cometem atos bárbaros. O estímulo que pode vir do submundo das mídias digitais exigirá das autoridades um aperfeiçoamento nos métodos investigativos e também uma atualização do Código Penal para punir as ações criminosas e estímulos aos atos preparatórios.

“A triste verdade é que os maiores males são praticados por pessoas que nunca se decidiram pelo bem e pelo mal”, dizia a filósofa Hannah Arendt.

Desarmar a população, punir os criminosos e exaltar a paz em detrimento da violência é o caminho que nos resta.

O resto é barbárie e anomia. Não podemos falhar. •

LULA ANUNCIA R\$ 10 BILHÕES PARA TODO O SETOR DE CULTURA

Cumprindo promessa de campanha, o presidente retoma as políticas de investimentos em projetos setoriais da cultura nacional, depois de sete anos de cortes no orçamento e da política de desmonte promovida pelo bolsonarismo

Página 10

ENTREVISTA. Tarso Genro diz que Lula está no rumo para reconstruir o país

Página 4

OPINIÃO. Zeca Dirceu aponta os acertos de Lula nos 100 dias de governo

Página 21

ACORDO. Brasil e China vão promover comércio sem o uso direto do dólar

Página 30

PESQUISA. Datafolha diz que Lula está bem avaliado por 38% dos brasileiros

Página 14

BRASIL. MEC decide adiar cronograma de implantação do novo ensino médio

Página 22

EUA. Donald Trump é acusado de 34 crimes perante a Justiça de NY

Página 32

JUSTIÇA. Bolsonaro não explica porque desviou as joias para o seu patrimônio

Página 16

TRAGÉDIA. Ataque em creche infantil em Blumenau choca o país e o mundo

Página 24

MÚSICA. Os 65 anos do poeta Cazusa, que marcou o Brasil nos anos 80 e 90

Páginas 34

JUROS. A maioria do povo também quer uma queda na taxa da Selic pelo BC

Página 18

HISTÓRIA. Janio Quadros cria o Parque do Xingu e a ditadura fecha o Congresso

Páginas 26 a 29

OBITUÁRIO. A morte do astro pop japonês Ryuchi Sakamoto, aos 71 anos

Página 36

“LULA ESTÁ NUM BOM CAMINHO PARA RECONSTRUIR O BRASIL”

Ex-prefeito de Porto Alegre, ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-ministro da Justiça avalia que o governo está no rumo certo, mas tem imensos desafios pela frente. Ele diz que o Estado precisa recuperar sua capacidade de investir e financiar programas sociais para dar melhores condições de vida ao povo. E prevê que Bolsonaro será condenado e preso pelos crimes cometidos

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

A marca do novo governo Lula – “união e reconstrução” – está sendo erguida com as três bandeiras encampadas desde o início do mandato: a indignação diante da miséria e o combate à fome; o retorno do Brasil ao cenário internacional e, por fim, o novo arcabouço fiscal que deve gerar sustentabilidade para o crescimento e o desenvolvimento do país. A avaliação é de Tarso Genro.

Ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-ministro da Educação e da Justiça, Tarso se mostra esperançoso de que o país possa não apenas voltar às condições de vida e de bem-estar social que ti-

nha até antes do Golpe de 2016, mas também avançar na garantia de direitos previstos na Constituição de 1988 que nunca se tornaram realidade.

O advogado e professor diz acreditar que o domínio das novas tecnologias de comunicação pelos setores progressistas da sociedade é fundamental para vencer o fascismo. Mas, ao mesmo tempo, espera que a condenação de Jair Bolsonaro e, conseqüentemente, sua inelegibilidade, tenha como resultado o enfraquecimento da direita que se utiliza da distorção da realidade para ativar afetos e gerar ódio contra a política.

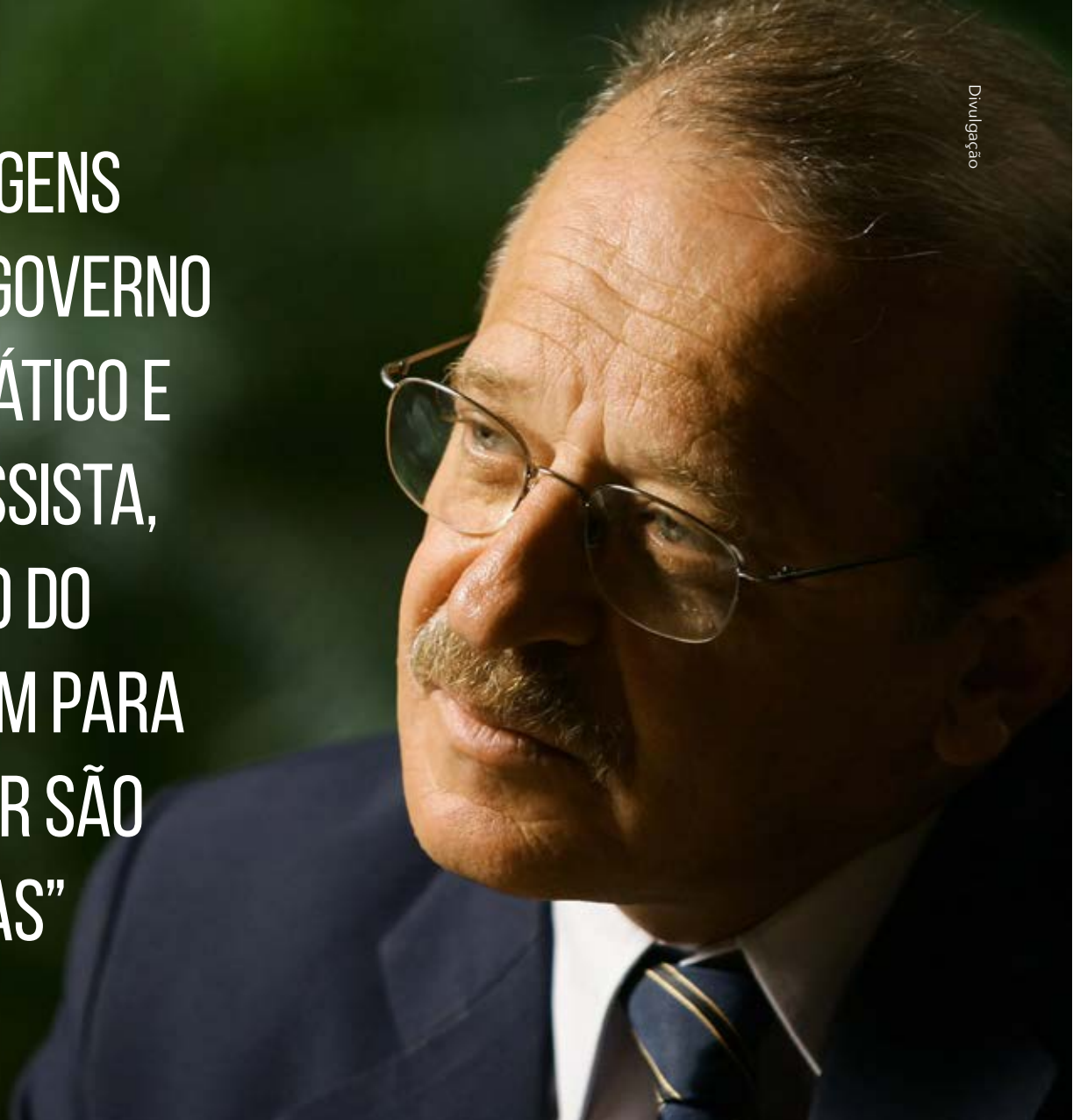
Nesta entrevista à Focus Brasil, Tarso também trata do papel

deplorável da grande mídia nos últimos anos. Ele acredita a velha imprensa quase chegou a comprometer a credibilidade e a capacidade de ação de ministros do Supremo Tribunal Federal.

Focus Brasil – O governo Lula está completando 100 dias. Qual é a sua avaliação?

Tarso Genro – Bem, antes de dar opinião, tem que fazer uma referência a uma mudança completa da situação internacional e da nacional, ambas relacionadas com a emergência do fascismo aqui no Brasil. Estamos diante de um fascismo meia boca, o fascismo caracterizado por surtos psicóticos de um líder político, que é

“AS MARGENS QUE UM GOVERNO DEMOCRÁTICO E PROGRESSISTA, COMO É O DO LULA, TÊM PARA SE MEXER SÃO ESTREITAS”



diferente do fascismo tradicional, mas também tem traços marcantes, adequados a ser classificado como fascismo.

Tem que se levar em consideração também a deterioração que o Estado brasileiro sofreu nesse período e a utilização massiva desses instrumentos tecnológicos e comunicacionais novos, que impregnaram a sociedade brasileira de uma série de anti-valores que desgastaram os pressupostos da Constituição de 1988. As margens que um governo democrático e progressista, como é o do Lula, têm para se mexer são estreitas.

Acho que o governo Lula vai bem porque adotou três temas essenciais para atravessar este rubicão, da crise e da desmoralização completa das instituições demo-

cráticas no Brasil, feitas pelo governo desastrado do Bolsonaro. Desastrado para nós. Muito bem elaborado e muito bem desenvolvido no terreno das reformas neoliberais, de acordo com os interesses das classes dominantes.

Quais os três temas essenciais que nos ajudarão a uma travessia bem sucedida? O primeiro é uma política externa ativa, propositiva e que recoloca o Brasil no concerto internacional como player importante. Segundo, Lula elegeu a questão da fome como essencial, como um elemento decisivo para uma recoesão social mínima no país. E a terceira questão é o arcabouço fiscal, dessa margem pequena que o Brasil tem em função desse estrago que vamos demorar muito tempo para recuperar, não

só nas lesões ao Estado, ao amor próprio do brasileiro, à cultura, à nossa política de solidariedade, nossa cultura de resolver as pendências dentro da ordem, como ocorreu na Constituição de 1988. A gente precisa de uma recoesão dessa natureza.

Temos problemas graves pela frente, inclusive no sistema de alianças. Temos escolhas difíceis para fazer. Mas acho que as coisas começaram bem. Acho que Lula elegeu bem esses temas e tem agora que pactuar o seu governo, inclusive dentro do ministério, desenvolver com os ministros um discurso político comum.

– Recentemente, em um artigo, o senhor falou sobre os limites da democracia no Brasil, um tema

com o qual a esquerda sempre teve uma certa dificuldade de lidar (ou de discutir). Começou a se falar de uma categoria que intitulou de "Estado social constitucional". Como é que se desdobraria isso? Vai além do social-liberalismo, da social-democracia, numa visão menos eurocêntrica?

– Exato. Você pode verificar que na elaboração jurídica e no processo político democrático brasileiro, nossos juristas estiveram sempre divididos entre duas grandes correntes, evidentemente com algumas gradações. Uma de origem marxista, de origem neomarxista ou frankfurtianos, que analisam sempre o Estado a partir da sua ossatura econômica e da dominação econômica que passa por dentro dele. E colocando a análise da questão do direito, da teoria constitucional, sempre a partir de uma visão ou “rupturista” ou de uma visão revolucionária. Visão rupturista, inclusive, no sentido democrático que é pela Assembleia Nacional Constituinte. Esta é uma corrente. Outra corrente é a dogmática dos juristas tradicionais, que analisa apenas o direito positivo parado, não dinamicamente, cristalizado dentro da norma e a partir disso fazem as suas elaborações democráticas mais ousadas ou menos ousadas, mas por dentro desta visão de ossatura jurídica, ossatura normativa que o Estado tem.

Penso que há uma confusão nessas elaborações. Todas são válidas, criativas, são importantes para refletir. Mas o que temos que refletir agora é o seguinte: temos uma ossatura constitucional, que tem legitimidade, que constituiu no Brasil um Estado social e que este comando normativo que vem da Constituição de 1988, não foi implementado. Não temos a efetividade dos direitos fundamentais que estão ali. Não temos nenhuma completude para conseguir fazer

verter esses direitos não só dentro da esfera pública em geral, mas na relação social para as bases da sociedade. Permanece aquela moldura magnífica da consulta de 1988, mas com limitações que são da esfera da política, do tipo de organização do Estado, do tipo de legislação eleitoral, do tipo de partido político configurado dentro desse processo.

Então, quando eu falo em Estado social constitucional, Estado de direito constitucional, estou me referindo a uma questão muito concreta. Por exemplo, temos um

O BANCO CENTRAL AGORA É UMA ESTRUTURA SOBERANA DENTRO DO ESTADO BRASILEIRO, E ISSO NÃO ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO. QUEM DECIDIU?

Banco Central que é uma estrutura soberana dentro do Estado, e isso não está na Constituição. Então, esta soberania, não autonomia, que pode ser dada, não a capacidade de decidir sobre os temas que lhe são conferidos pela esfera da política para decidir de maneira técnica quando for necessário, mas uma soberania que é emprestada ao Banco Central que obedece a uma lógica não do sistema jurídico, do nosso Estado constitucional do Direito, e sim a uma lógi-

ca financeira que vem de fora para dentro e que coloca uma espécie de apêndice dentro da estrutura do Estado, que tem autonomia em relação aos demais, que é quem controla a moeda, quem decide sobre os juros, quem toma conta das relações financeiras internacionais que passam ali por dentro é aquele órgão. O presidente da República não precisa estar de acordo, que aquilo é uma função técnica, como se existisse uma função técnica que não fosse inspirada por uma doutrina filosófica, por uma doutrina que vai colocar a técnica a serviço de alguma coisa.

Então, este é um exemplo que esse Estado democrático, social e constitucional vai ter que resolver ao longo dessa travessia do rubicão, como eu digo, em direção a um novo Estado de Direito, um Estado reformado.

– Fala-se muito sobre a necessidade de disputar a sociedade dividida. Mas como é que se trava o debate contra a mentira propagada pelas redes sociais? Quer dizer, qual é a estratégia possível nesse cenário?

– Temos que retornar a alguns antecedentes dessa situação que se criou. A análise que se fizer da dinâmica política do país, inclusive em relação à construção de um sistema democrático de informação, de um sistema democrático de caça e de desmoralização da mentira, tem que estar vinculado a um fato político anterior: um grupo criminoso assumiu o poder no Brasil. Então, a nossa Constituição social e democrática, que está estruturada dentro do Estado de Direito, foi destruída por dentro. Os órgãos de Estado, como a Polícia Federal, Banco Central, Polícia Rodoviária Federal, o Carf e tantos outros órgãos importantes, foram subvertidos pela extrema direita e foram subvertidos de maneira aberta. Em um primeiro momento, nos dois, três primeiros anos

do governo Bolsonaro, apoiados inclusive pela grande mídia no Brasil. Bolsonaro não é um acaso, ele foi um recurso utilizado pelas classes dominantes do país para minar o que tem de positivo e de grandioso dentro da Constituição de 1988, inclusive do seu Estado social. Se me perguntassem: “me simplifica esse contrato?”. Eu simplifico da seguinte forma: Olha, deixa o Bolsonaro fazer as loucuras dele, porque como disse o Fernando Henrique lá em Portugal, soube disso dito por amigos que estavam nessa reunião, “não, o Bolsonaro não tem problema nenhum. As instituições controlam ele”. O Fernando Henrique disse lá. E não controlaram. E, naquele momento, inclusive o próprio presidente FHC estava envolvido numa visão que seria melhor o Bolsonaro ganhar a eleição do que o Haddad. Eu até acompanhei algum diálogo do Haddad com o Fernando Henrique e soube disso de maneira cabal.

O que ocorreu, portanto, de lá para cá, foi essa destruição da energia democrática e republicana do Estado que passou pela desmontagem e o aparelhamento vergonhoso desses órgãos, tolerado e estimulado pela grande imprensa. Isso gerou um déficit democrático no Brasil que ainda estamos todos por conquistar, por levar para um patamar novo, que é o funcionamento das instituições democráticas de maneira adequada. Você vai perceber, por exemplo, que a desmontagem começou de uma maneira completamente atípica aqui.

– E como começou?

– Vamos lembrar. Primeiro, foi na sociedade civil. Movimentações ocorreram com reflexo internacional, eu mesmo participei de muitas delas aqui e no exterior. E isso foi extremamente importante, como aquela reunião em Portugal, com líderes espanhóis e portugueses

que reuniram 1000 pessoas da intelectualidade e da política portuguesa e espanhola.

Esses movimentos tiveram reflexos no processo, mas ele começou de maneira diferente. Isso se iniciou quando um desembargador aqui do Rio Grande do Sul, Rogério Favreto, que tinha assumido a responsabilidade de deferir ou não um habeas corpus impetrado para a libertação do Lula, deferiu o recurso e, embora a sua ordem não fosse cumprida, porque foi obstaculizada pela polícia e pelo [Sergio] Moro, gerou um escarcéu.

FHC DISSE EM PORTUGAL QUE AS INSTITUIÇÕES CONTROLARIAM BOLSONARO. E ISSO NÃO ACONTECEU. HOUVE UMA DESTRUIÇÃO DO ESTADO

Depois tivemos a movimentação dentro do Supremo Tribunal Federal de ilustres ministros que já estavam por aqui, com todas as perversões que tiveram que aguentar e com toda a manipulação que a imprensa fazia, inclusive em respeito as suas atitudes. Um homem como [Ricardo] Lewandowski, por exemplo, que chegava e levantar o dedo numa sessão do Supremo e dizia “não, eu não concordo que José Dirceu possa ser enquadrado como participante

de uma quadrilha” – não era nem para absolver, era para dizer que não era de uma quadrilha.

A imprensa vinha para cima e tentava desmoralizar o Lewandowski. E ele aguentou com dignidade. Depois, o ministro Gilmar Mendes, que é um dos mais preparados da nossa Corte, inteligente, compreendeu que chegou-se a um limite. E se essa manipulação continuasse, o Supremo iria ser ressecado, desmoralizado e o prestígio que os juristas que estão lá têm no exterior iria abaixo.

Acompanhei essas discussões, tanto na Espanha como em Portugal. O ministro Gilmar Mendes passa a tomar uma atitude corajosa, inclusive confrontando a imprensa e dizendo que estavam manipulando os fatos. Estavam valorizando determinados fatos para degradar a autonomia do Supremo. A partir desse momento, dentro da máquina pública, aquelas pessoas que estavam envolvidas no processo de bolsonarização do Estado começam a ter mais cautela. Elas começam a conversar: ‘qual é o papel que estamos prestando aqui?’ Então, as coisas começam a vazar. As manipulações, as violências ilegais que o Bolsonaro cometia, as ordens ilegais que ele transmitia para esses órgãos. Isso aí vai se espalhando no corpo sadio do Estado brasileiro. Então, aquele movimento criminoso que ocupava o Estado começa a perder força. Mas vejam que é tão grave a situação que ele perde força, mas a vitória eleitoral do Lula é quase insignificante do ponto de vista quantitativo, embora seja a maior vitória política da democracia no Brasil até hoje porque derrotou uma máquina criminosa que se apropriou do Estado, apoiada pela grande imprensa, por um sistema de partidos em coalizão de direita com a extrema direita e conservador, que, em última instância, queria não só degradar a democracia, mas extinguir o

Estado de Direito.

Quando eles tentaram o golpe de Estado no dia 8 de janeiro, já estavam sem força, porque esta diluição da visão bolsonarista do mundo, do extremismo que passava por dentro da sua visão, tinha também alertado os quartéis de que seria um papel trágico do Exército entrar numa aventura como essa. Então, é assim que vejo o processo. Tudo foi atípico.

A vitória do Bolsonaro foi atípica. O fato de que um futuro candidato a presidente faz um elogio público da tortura na frente da torturada, da presidenta Dilma, no impeachment, e isso foi aceito e naturalizado pela grande imprensa, pelo Supremo, pelo Ministério Público, ali se marcou um ponto de virada que gerou toda essa degradação no Estado e esse bando de criminosos que se incrustou no poder e só foi tirado depois de quatro anos. Uma situação atípica.

As categorias tradicionais de análise que utilizamos aqui no Brasil de uma maneira muito mecânica, ou seja, com o conflito da burguesia tal com o setor da burguesia tal, dos movimentos populares com a polícia e tal, que vão desgastando o poder do Estado, que vão mostrando a sua natureza, não operaram aqui. Nunca o movimento popular, o movimento sindical, os servidores públicos, o próprio movimento dos sem terra, dos agricultores familiares, nunca estiveram tão quietos durante todo esse período, nunca estiveram tão intimidados, tão paralisados. Os professores das universidades, os alunos, muitos resistiram e inclusive pagaram caro por isso. Mas não houve movimento de resistência de massas ao bolsonarismo. E isso é atroz. É o significado da formação fascista, violenta, da formação que é típica da cabeça dos torturadores na sociedade.

– Bolsonaro cometeu uma série de crimes. O TSE irá torná-lo

inelegível?

– Pode torná-lo inelegível dentro da lei e da ordem e hoje diria que tem uma maioria dentro do TSE disposta a fazer isso. Agora, quais são os recursos que serão usados pelo bolsonarismo, ainda incrustado no Estado, e por aqueles setores da classe dominante que não perderam a esperança de um golpe? Não se sabe como eles vão atuar, o que é que eles vão gastar com tudo isso? Mas seguramente tem motivos para o bloqueio de Bolsonaro e, inclusive, motivos

A VITÓRIA DO BOLSONARO FOI ATÍPICA. ELE FEZ UM ELOGIO PÚBLICO DA TORTURA NA FRENTE DA TORTURADA, E ISSO FOI ACEITO E NATURALIZADO

para colocá-lo na cadeia.

Se você disser, por exemplo, ‘mas o Lula foi para a cadeia sem motivo’. Vamos supor que tivesse algum motivo, apenas supor. Eu acho que não tinha, não tinha prova e não tinha como colocar o Lula na cadeia legalmente. Mas, vamos dizer, se tivesse algum motivo, pode-se dizer com toda tranquilidade que em relação ao Bolsonaro, há mais de 100 motivos.

Então, é o momento em que o princípio da neutralidade formal do Estado adquire uma im-

portância estratégica para o futuro do país. Ou seja, se funcionar esse princípio nos julgamentos do Bolsonaro, se ele não for motivado por paixões políticas, por compromissos ou por compra de consciências de maneira direta ou indireta, seguramente o Bolsonaro vai para cadeia.

Veja a qualidade dos ministros que eles colocaram que não poderiam ser nomeados. Quando Bolsonaro diz que vai nomear dois ministros terrivelmente evangélicos, está ofendendo um princípio republicano essencial que é o princípio da laicidade do Estado. A sua ordem de nomeação no funcionamento do Estado de Direito deveria ser nula de pleno direito porque é um ato administrativo que não é dotado de moralidade nem de legalidade. Ele viola, e diz que vai violar esse princípio da laicidade formal do Estado e nomeia dois ministros analfabetos jurídicos, reacionários e terrivelmente evangélicos.

– Supondo que de fato ele se torne inelegível, o senhor acredita que isso vai desorganizar mais a extrema direita ou, ao contrário, vai dar força?

– Tenho certeza que enfraquece. Porque o funcionamento das correntes políticas de extrema direita e do bolsonarismo são apoiadas num setor da sociedade, seja na lumpem burguesia, que é um estrato importante na formação da ideologia fascista, seja nos estratos inferiores da sociedade, sem rumo, sem consciência, subordinados a necessidades imediatas que têm as suas consciências compradas. A formação desses contingentes políticos se dá muito por influência do dinheiro e o dinheiro verte para dentro de movimentos fascistas, sempre a partir do grande líder. Foi assim na época do Hitler, que fez acordo com os grandes empresários alemães. Foi assim com Mussolini, que fez acordo

expressivo com 80% do empregado dos grandes proprietários de terra italiana, que financiaram este movimento. E daí aparece publicamente como um movimento organizado, um movimento militarizado inclusive, e que coloca contingentes até paralelo de milícias organizadas para fazer o combate político. Então, tenho certeza que sim, o Bolsonaro indo para a cadeia, esses vasos comunicantes da ideologia fascista vão ser relativamente obstruídos e terão mais dificuldades para se expressar como alternativa política do país.

– Hoje, temos os comitês populares de luta. Na sua opinião, eles são um instrumento importante para esse período que se aproxima?

– São importantes, mas sozinhos não serão importantes. Na minha época, os movimentos sociais, o movimento sindical, da intelectualidade emancipatória, dos intelectuais de esquerda, todos se organizavam e se integravam a partir de ideias, mas ideias se expressavam em panfletos, jornais, ocupação de espaços nas rádios, por exemplo. Muito pouco na televisão, sempre foi muito oligopolizada aqui no Brasil. Hoje, os movimentos populares têm que se adequar a esses novos tempos da comunicação. A comunicação hoje que é feita pelas massas populares é horizontal em rede, não é mais obedecida de maneira vertical. Não vem o panfleto do comitê central, da direção nacional, da comissão executiva, não vem um panfleto assinado pelo líder chamando alguma manifestação e as pessoas se movem. Não é assim hoje que funciona a mente das pessoas.

Não estamos mais na civilização da praça e da movimentação de amplas massas na esfera pública, a não ser em momentos especiais, como está ocorrendo na França. As movimentações de consciências e as decisões políticas se dão

através dessa horizontalidade comunicativa que é amarrada por determinados nós de *think tanks*, de grupos, de organizações de consciência, de sociedade civil, ideais que vão espalhando horizontalmente essas ideias. Então, sim, os comitês populares são importantes, mas cada um tem que ter uma estrutura em rede para se comunicar de maneira direta, horizontal, com toda a comunidade, não somente com o seu grupo.

– A esquerda vai ter condição, a curto e médio prazo, de enfrentar

SE A TAXA DE JUROS NÃO CAIR, PERDEREMOS APOIOS DE CAMADAS DA SOCIEDADE. TEMOS UMA PEQUENA MARGEM DE MANOBRA AGORA

essa maré de regressão?

– Vou te dar uma resposta economicista. Evidentemente a questão econômica não pode ser vista de maneira isolada, depende de um conjunto de subjetividades que se integram nela de uma maneira mais aprovativa ou mais recalcitrante. O que vai determinar a base social e política do governo Lula nesses quatro anos, que serão fundamentais para que a gente possa responder sem achômetro a tua pergunta importante, se con-

seguirmos emplacar uma âncora fiscal que dê uma relativa estabilidade pra economia e que nos permita recursos para recoesionar a sociedade em torno do interesse público, vamos ter sucesso e esse processo será breve. Porque esta âncora vai determinar quais classes sociais vão se mover para uma coalizão política, para um acordo com o governo. E aqui eu estou falando não somente em relação a parte das classes dominantes.

Estou falando das classes sociais em geral. E vou dar dois exemplos concretos: se a taxa de juros não for paulatinamente, mas em sequência, coerentemente abatida, não teremos o apoio do pequeno e do médio comércio. Não teremos apoio dos industriais brasileiros que estão sofrendo as concorrências predatórias que vêm de fora, da China, inclusive, que é um parceiro econômico extremamente importante para nós.

Se não tivermos recurso para pagar um Bolsa Família decente, para recuperar a merenda escolar e para colocar o ensino fundamental e ensino médio num bom nível de funcionamento, vamos perder em definitivo essas camadas populares. E tudo isso depende de quê? Da saúde econômica do Estado e da possibilidade de financiamento que o Estado vai ter com a coleta dos impostos, as arrecadações e com a ajuda internacional a partir das relações bilaterais e multilaterais que vão sendo estabelecidas de maneira competente pelo governo Lula até agora.

Estamos exatamente no momento de conformar isso. Eu tenho dito para alguns companheiros que nós temos que prestar atenção muito mais na ocupação dessa pequena margem que temos de manobra para nos recolocar no cenário mundial e refinanciar o Estado de maneira adequada. Lula vai fazer o governo dele, como sempre fez. E está fazendo isso de maneira competente, até agora. •



RENASCE A CULTURA NACIONAL

Decreto assinado por Lula e Margareth Menezes retoma as políticas de fomento cultural e promete mais diversidade, inclusão e descentralização de investimento via editais. Massacrado por Bolsonaro, setor terá R\$ 10 bilhões em 2023

Guto Alves

Quatro anos depois da eleição de Jair Bolsonaro, que colocou a classe artística como inimiga pública do Estado, a cultura brasileira volta ao centro das atenções

do governo federal. Uma cerimônia de celebração e reverência à cultura brasileira no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, em 23 de março, marcou o que se pode chamar de ressurreição do fomento cultural no Brasil, após sufoco e arrocho no setor – um dos mais atingidos pelo abandono.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra da Cultura Margareth Menezes, assim como o advogado-geral da União, Jorge Messias, assinaram decreto que traz a unificação e uniformização da execução, ainda em 2023, de recursos de várias fontes para o fomento da cultura: Lei Paulo Gusta-

vo (R\$ 3,8 bilhões), Lei Aldir Blanc (R\$ 3 bilhões) e Lei Rouanet (R\$ 2 bilhões).

“Estamos em um processo de remontar o ministério e começar a executar as leis. É uma política cultural aberta, que anda de mãos dadas com o povo”, declarou Margareth Menezes. O governo sinalizou que vai reestruturar outras políticas públicas culturais e os mecanismos de acesso para os produtores e realizadores das artes brasileiras.

Levantamento do Ministério da Cultura aponta que a Lei Rouanet proporciona um retorno para a sociedade de R\$ 1,60 para cada R\$ 1 investido. Até 2018, o mecanismo trouxe um impacto econômico de R\$ 49,8 bilhões para a economia nacional. “O novo decreto vem para descentralizar mais os recursos e sensibilizar as empresas, para que esses investimentos cheguem a todo o Brasil”, disse a ministra.

Lula anunciou que o decreto permitirá que a Lei Rouanet atue de forma mais democrática, alcançando não só os grandes centros urbanos, mas todas as regiões do Brasil. “Precisamos trabalhar para mudar o pensamento de quem acha que investimento em cultura é gasto”, disse o presidente. “A gente pode transformar a cultura em uma indústria de geração de riqueza e empregos. E financiada, sim, por empresas públicas e privadas, porque esse país não pode abrir mão de sua cultura”.

O presidente e a ministra foram ovacionados pela plateia inebriada com as novidades anunciadas. Centenas de artistas, produtores, patrocinadores, gestores, estudantes, técnicos e trabalhadores da cultura de todo o Brasil aplaudiram a retomada da política cultural. Gente que manteve o brilho no olhar e agora pode voltar a trabalhar, produzir e desenvolver projetos culturais.

A reestruturação da política cultural era uma promessa de campanha de Lula. Ainda em dezembro,



Ricardo Stuckert

OUTRO TEMPO Lula cumprimenta Margareth Menezes no Theatro Municipal do Rio, após assinatura de decreto com regras para a cultura

durante o período de transição, constatou-se que a destruição no setor era um abismo, o que gerou não somente um retrocesso aos artistas e ao povo brasileiro, como também uma reação em cadeia de perda de emprego e renda para milhares de trabalhadores.

A própria recriação do Ministério da Cultura (MinC), outro compromisso de campanha, já indica-

va que o novo governo retomaria o movimento das administrações petistas de investir na cultura como um componente importante de resgate econômico e social do povo.

Além da retomada dos investimentos pela Lei Rouanet, os principais avanços no fomento direto, que trata as leis Paulo Gustavo, Aldir Blanc e Cultura Viva, são as definições e modelos dos mecanismos. Tais iniciativas promoverão melhor gestão dos recursos, assegurando a manutenção de espaços culturais, a concessão de bolsas e premiação, a implementação de instrumentos de financiamento reembolsável e a realização de editais de apoio à produção cultural.

Logo após o Golpe de 2016, que afastou Dilma Rousseff da Presidência da República, por um impeachment sem crime de responsabilidade, o Ministério da Cultura chegou a ser fundido ao da Educação. Mas protestos fizeram com que a pasta fosse recriada por Michel Temer.

Em 2019, no primeiro ano da gestão Jair Bolsonaro, o MinC voltou novamente a ser extinto, reduzida a uma Secretaria, vinculada inicialmente ao Ministério da

**LULA, NO RIO:
“PRECISAMOS
TRABALHAR
PARA MUDAR O
PENSAMENTO DE
QUEM ACHA QUE
INVESTIMENTO
EM CULTURA É UM
GASTO PÚBLICO”**

Cidadania, mas transferida para o Ministério do Turismo em seguida. A pasta serviu de palco para discursos extremistas, fomento de projetos que divulgavam propaganda armamentista e religiosa, além de abrigar nomes que insultavam a cultura nacional, brandando lugar-comum que arrasta incautos, como a campanha “anti mamata da Lei Rouanet”. O desmonte promovido por Bolsonaro teve protagonistas desastrosos. Ao todo seis apoiadores do presidente passaram pela pasta para cumprir a agenda anticultural de Bolsonaro.

A primeira polêmica foi com o titular Roberto Alvim, demitido após ter um vídeo publicado nas redes sociais com referências a um discurso nazista de Joseph Goebbels, o ministro da Propaganda de Adolf Hitler. Destacou-se, ainda, a atriz Regina Duarte, que tomou posse dizendo que retomaria investimentos na cultura popular e ridicularizou-se ao falar do “pum do palhaço”.

Ela deixou a pasta sem apresentar sequer qualquer proposta para o setor – depois de brigar ao vivo na CNN por se recusar a falar sobre a ditadura militar, que perseguiu a Cultura, e era exaltada pelo então presidente Jair Bolsonaro. Ela se afastou do governo alegando saudade da família.

Da secretaria, pulou para a Cinemateca em São Paulo e nunca mais foi vista, apesar de ter seguido ferrenha propagadoras de mentiras e ataques a colegas artistas. Por último, Mário Frias, o ator de “Malhação”, que se projetou ao lado do bolsonarismo, longe das artes, assumiu o posto de junho de 2020 a março de 2022.

De acordo com o governo de transição, o cenário encontrado pedia a reestruturação da pasta e uma ressurreição da política. A cultura estava em uma UTI, respirando por aparelhos. Desde 2016, houve uma perda de 85% no orça-

Allan Santos/PR



APOIO Regina Duarte deu apoio de primeira hora ao então candidato da ultradireita radical. Deixou o governo, sob críticas da classe artística Wnacional

mento da administração direta da cultura e de 38% no da administração indireta (incentivo fiscal).

O Fundo Nacional de Cultura (FNC), principal mecanismo de financiamento governamental do setor, teve seu orçamento reduzido em 91% nesse período. Segundo cálculos realizados ainda na transição, somente o governo Bolsonaro representa um retro-

cesso de 20 anos na execução orçamentária, com cancelamento de editais, extinção de políticas, atos normativos autoritários e perseguição a servidores.

Além da retomada de recursos, o decreto sancionado pelo governo Lula vai simplificar processos para facilitar o acesso a realizadores de pequenos eventos culturais e melhorar a fiscalização a grandes projetos. Entre as mudanças trazidas está a possibilidade de o MinC atuar junto aos patrocinadores da Rouanet por meio de editais públicos, gerindo o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) de forma que as ações sejam realizadas em todo o país e os recursos sejam distribuídos entre as regiões.

As medidas de democratização de acesso para a sociedade, as ações proativas de descentralização e regionalização, ampliarão os investimentos nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste e assegurando projetos de maior impacto social. Principal ferramenta de fomento à cultura no Brasil, a Lei Rouanet injetará na economia criativa cerca de R\$ 2 bilhões por ano e é responsável pelo patrocínio anual de cerca de 3.500 ações culturais.

SOB REGINA DUARTE, PASTA CAIU EM DESGRAÇA E TEVE PERDAS NO ORÇAMENTO DA UNIÃO. ELA DEIXOU O GOVERNO SEM APRESENTAR PROPOSTA



ATRASO O então secretário de Cultura do governo Bolsonaro, Roberto Alvim, fez pronunciamento em que copiou Joseph Goebbels, ministro de Adolf Hitler

A Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) retorna requalificada e com protagonismo. Desfigurada pelo governo Bolsonaro, ela será responsável pela assessoria na gestão do programa e terá a participação de membros da sociedade de todas as regiões brasileiras, incluindo representante dos povos indígenas, da cultura popular, de especialistas em acessibilidades e combate a discriminações e preconceitos.

Está de volta também a possibilidade de execução de planos anuais ou plurianuais apresentados por instituições culturais, museus, orquestras, grupos de teatro, corpos artísticos estáveis e eventos continuados e estruturantes, como festivais, mostras, seminários, bienais, feiras, entre outros, permitindo melhor planejamento desses agentes culturais.

Para estimular uma expressão cultural plural e diversa, a nova regulamentação estimulará a realização de ações afirmativas para mulheres, pessoas negras, povos indígenas, comunidades tradicionais, de terreiro e quilombolas. Também estarão contempladas populações nômades e povos ciganos, pessoas do segmento LGBTI+, s com defi-

ciência e de outros grupos, seja por editais e linhas exclusivas, ou por meio de cotas e definição de bônus de pontuação nos editais. Importante demanda de pequenos produtores também foi ouvida. Houve definição de novos critérios de avaliação de resultados por tamanho de projeto, simplificando os processos e mantendo a segurança jurídica.

Após a publicação do decreto, o Ministério da Cultura tem até o dia 24 de abril para editar a instrução normativa necessária para o cumprimento das novas regras, trazendo os procedimentos detalhados para apresentação, recebimento, análise, homologação, execução, acompanhamento e avaliação de resultados dos projetos financiados.

No entanto, novos ares já circulam entre os produtores e artistas do país, todos já fazendo planos e retomando projetos parados há anos, em diversos setores: teatro, música, audiovisual, literatura etc. O MinC anunciou que lançará ainda este mês o Prêmio de Literatura Carolina Maria de Jesus, voltado exclusivamente a mulheres ficcionistas, com a premiação de 40 obras escritas por mulheres, com o valor total de R\$ 2 milhões. •

R\$ 1 BILHÃO PARA O SETOR AUDIOVISUAL

O governo Lula retomou ainda os investimentos no setor audiovisual brasileiro: "O campo cultural é muito diverso, abrindo desde dinâmicas comunitárias até empreendimentos econômicos de alta complexidade como o setor audiovisual. E hoje aqui, com o presidente Lula, anunciamos R\$ 1 bilhão para o audiovisual brasileiro e suas produções", disse a ministra Margareth Menezes.

A Agência Nacional de Cinema (Ancine) deu início à contratação de mais de 250 projetos cinematográficos, de todas as regiões do Brasil, que chegarão às telas de cinema por conta de investimentos públicos superiores a R\$ 450 milhões. Ao todo foram avaliados mais de 1.400 projetos, apresentados nas seis chamadas públicas voltadas ao mercado de salas de cinema do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

A diretoria da Ancine aprovou o lançamento de duas novas chamadas públicas que, juntas, disponibilizam mais R\$ 163 milhões em investimentos. A primeira vai destinar R\$ 88 milhões para a seleção de propostas divididas em duas categorias: nacional e regional. Em paralelo, a outra chamada, que recebe propostas de empresas do setor de distribuição, terá R\$ 75 milhões, sendo R\$ 50 milhões para investimento na produção das obras e R\$ 25 milhões para investimentos na fase de comercialização. •



ENCONTRO MARCADO Jair Bolsonaro chega na sede da Polícia Federal em Brasília para prestar depoimento sobre o escândalo das joias. Falou durante três horas e alegou que só soube do presente milionário em 2022

BOLSONARO NÃO SE EXPLICA

Ex-presidente depõe durante três horas perante a PF, mas não consegue esclarecer porque tinha interesse em ficar com as joias doadas pela ditadura saudita, no valor de R\$ 18,5 milhões já que eram presentes ao Estado. Ele deve ser indiciado por peculato e improbidade administrativa

Foram três horas de depoimento, mas o ex-presidente Jair Bolsonaro entrou na sede da Polícia Federal na quarta-feira, 5, para ser questionado sobre as joias de diamante trazidas da Arábia Saudita. Ele não conseguiu esclarecer se os presentes que entraram no país eram para ser incorporados ao patrimônio público ou presentes particulares que tentou adquirir sem pagar impostos. Embora tenha negado repetidamente qualquer irregularidade relacionada aos pre-

sentes, os esclarecimentos não ocorreram. Bolsonaro é suspeito de peculato e improbidade.

Ele alegou ainda que só houve intervenção de seus auxiliares no final do ano passado para evitar um suposto “vexame diplomático” do Brasil com o regime saudita. Segundo o ex-presidente, ele só teve conhecimento de que as joias teriam sido trazidas ao Brasil como presente a Michelle Bolsonaro no ano passado. A versão, porém, choca-se com documentos oficiais do governo.

Como revelou o jornal *O Es-*

tado de S. Paulo, foram ao menos oito tentativas para retirar as joias do cofre da Receita Federal no Aeroporto de Guarulhos, onde estavam retidas desde outubro de 2021. Três das investidas ocorreram ainda naquele ano. E uma delas partiu do gabinete da Presidência da República. Logo após a apreensão, ainda em outubro de 2021, o gabinete de Bolsonaro enviou um ofício ao Ministério das Minas e Energia falando da necessidade de destinação das joias para o acervo pessoal ou da Presidência. Até o Itamaraty foi acionado para ten-

tar liberar as joias naquele ano.

O estojo apreendido em Cumbica e reservado a Michelle continha colar, anel, par de brincos e relógio em ouro branco e diamantes da marca suíça Chopard, avaliado em R\$ 16,5 milhões. Ao todo, foram três kits que vieram a público – dois deles com relógio, caneta, terço islâmico e abotoaduras destinados a Bolsonaro. Os bens somam mais de R\$ 18,5 milhões.

O caso aumentou o risco legal que o líder da extrema-direita tem de ser condenado pela Justiça. Ele ainda está sob investigação por envolvimento direto na tentativa de golpe de 8 de janeiro, quando seus apoiadores tomaram de assalto a capital federal e depredaram as sedes dos três poderes da República: o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Ele ainda responde a inúmeras ações durante a campanha eleitoral que perdeu em outubro passado, por crimes que vão de uso da máquina pública a denúncia falsa contra a Justiça Eleitoral.

A Polícia Federal e o Ministério Público investigam se os três conjuntos de joias trazidos da Arábia Saudita para o Brasil eram presentes públicos que Bolsonaro tentou indevidamente impedir de serem incorporados ao acervo público da Presidência ou eram presentes particulares que tentou entrar no Brasil sem pagar impostos. Os estojos com as joias foram devolvidas ao governo.

O Brasil exige que seus cidadãos que chegam de avião do exterior declarem mercadorias com valor superior a US\$ 1.000. Para qualquer valor acima dessa isenção, todo cidadão é obrigado a pagar um imposto igual a 50% do valor do

bem importado. Os três conjuntos de joias estariam isentos de impostos se fossem um presente do estado da Arábia Saudita para a nação brasileira, mas não seriam se fossem de Bolsonaro.

Um despachante alfandegário apreendeu em 2021 um dos estojos de joias, fabricado pela marca suíça Chopard, avaliado em cerca de US\$ 3 milhões, no aeroporto internacional de São Paulo. As joias haviam sido retidas tendo como portador um assessor do então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Ele alegou que as joias seriam um presente para Michelle Bolsonaro.

Documentos e vídeos publicados por meios de comunicação mostram emissários de Bolsonaro fazendo várias tentativas frustradas de recuperar as joias apreendidas, até poucos dias antes do fim de seu mandato, em dezembro de 2022. Há duas semanas, o Tribunal de Contas da União (TCU) ordenou que Bolsonaro devolvesse as joias restantes à Caixa Econômica Federal. Ele as entregou em 24 de março. Outro estojo com mais joias foi entregue na terça-feira, 4.

As duas caixas que estavam em seu poder tinham sido guardadas numa fazenda do ex-piloto de Fórmula 1 Nelson Piquet em Brasília. Foi para lá que Bolsonaro despachou caixas com presentes que julgou ser parte de seu patrimônio pessoal.

O TCU tem entendimento diferente. Considera que as peças são um presente dado pelo regime da Arábia Saudita ao representante do governo brasileiro e fazem parte do acervo público da Presidência da República. Não pode ser vendidas, nem ficar para uso pessoal do ex-presidente. •

PGR DENUNCIA MAIS 203 PESSOAS

A Procuradoria Geral da República enviou mais 203 denúncias ao Supremo Tribunal Federal contra acusados de incitar os atos golpistas de 8 de janeiro. As denúncias dizem respeito a pessoas que foram presas em flagrante em frente ao Quartel do Exército em Brasília um dia após os ataques.

Ao todo, já são 1.390 denunciados no âmbito dos inquéritos que tratam dos atos antidemocráticos, sendo 239 no núcleo dos executores, 1.150 dos incitadores e uma pessoa no núcleo que investiga suposta omissão de agentes públicos.

Segundo a Procuradoria, eventuais casos pendentes ainda serão avaliados e as providências cabíveis tomadas oportunamente, inclusive eventuais denúncias. “A análise desses casos foi priorizada porque a maior parte das pessoas está ou esteve detida, e existem prazos legais para o oferecimento de denúncia em casos com prisão cautelar. O objetivo foi evitar qualquer conjectura relativa ao excesso de prazo”, disse o subprocurador Carlos Frederico Santos.

As 203 pessoas denunciadas vão responder pelos crimes de incitação equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes constitucionais e associação criminosa, cuja pena máxima, em caso de condenação, é de até quatro anos de reclusão.

Já nas denúncias contra executores, que respondem por crimes mais graves, como golpe de Estado e tentativa violenta de abolição do Estado democrático de Direito, com penas que podem chegar a 30 anos de reclusão, a PGR pediu a manutenção das prisões cautelares. •



Ricardo Stuckert

LULA EM ALTA NO DATAFOLHA

Pesquisa confirma aprovação ao presidente detectada pelo Ipec e indica as altas expectativas da população sobre o governo. Mas 51% dizem que até agora ele fez menos do que esperavam

Matheus Tancredo Toledo

Um novo levantamento do Datafolha mostra que o governo Lula está melhor avaliado que seu antecessor nos 100 primeiros dias de governo, diante de tantos desafios para a reconstrução do país. De acordo com o instituto, a aprovação do governo Lula é de 38%, enquanto a regular é de 30% e a negativa 29%.

Comparado à pesquisa IPEC, analisada em artigos anteriores,

há uma diferença de 3 pontos percentuais a menos na avaliação positiva e 5 pontos a mais na avaliação negativa. A avaliação regular é a mesma em ambos os levantamentos. O Datafolha corrobora com o IPEC ao apontar que Lula tem a melhor aprovação em início de mandato desde o primeiro governo Dilma - superando seu antecessor, Jair Bolsonaro (PL) em 6 pontos.

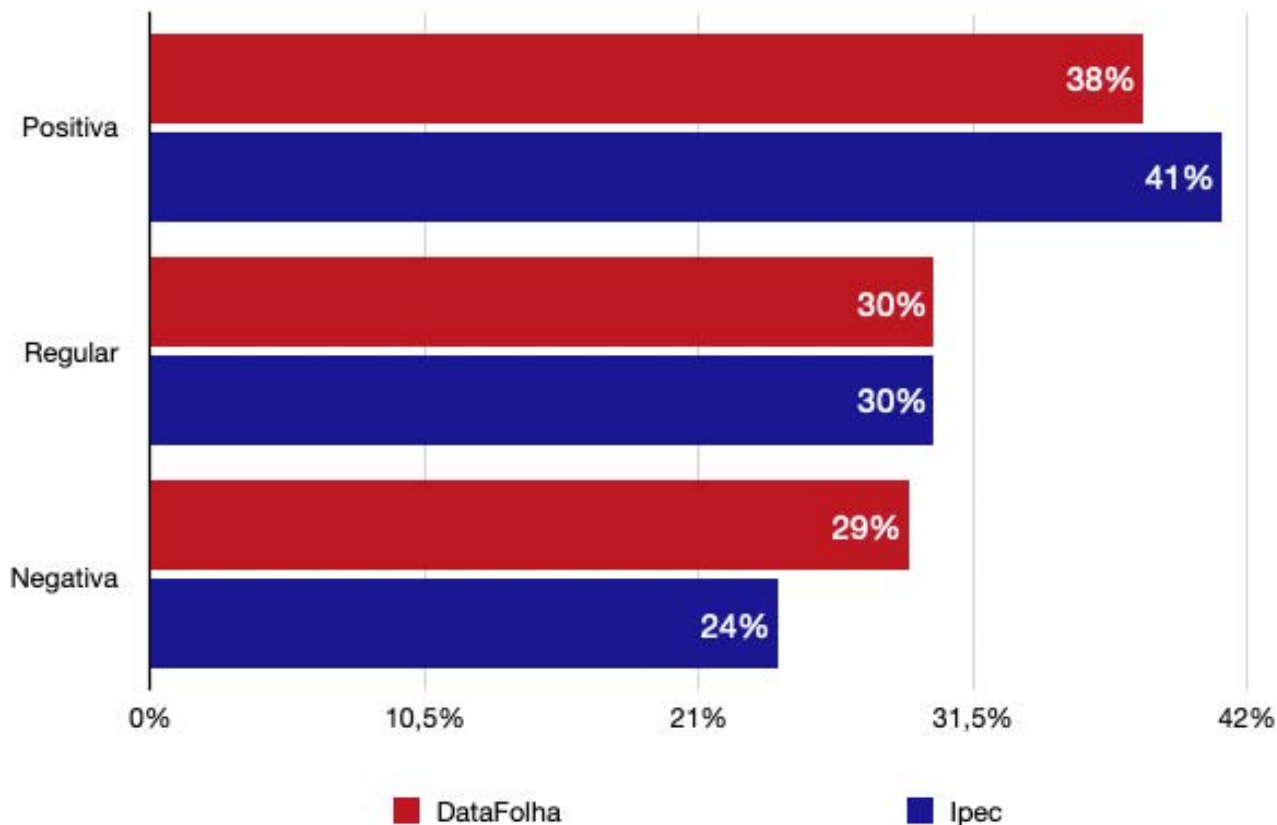
Nos últimos artigos, sugerimos o seguinte quadro analítico: apesar do Brasil ter passado por um processo acirrado e polariza-

do no pleito eleitoral, a parcela da população que avalia o governo negativamente é muito inferior ao montante que votou em Bolsonaro na eleição de outubro de 2022. Isso poderia indicar uma disposição de parcela do eleitorado de 'esperar para ver' o que será do novo governo. Os dados do Datafolha permitem avançar na compreensão de quem é essa parcela e o que esperam.

Em alguns segmentos da sociedade, a incidência da avaliação regular é muito maior do que a média da população (30%).

O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE OS 100 DIAS DO GOVERNO LULA

Como a população avalia a gestão petista, de acordo com Datafolha e Ipec



Fontes: Ipec e Datafolha

Entre as pessoas mais jovens, na faixa etária de 16 a 24 anos, 44% avaliam o governo de forma regular. O número é alto também entre trabalhadores assalariados sem registro formal (45%) e estudantes (43%). Vale frisar que em nenhum dos três, a avaliação negativa é acima da média nacional.

Entre os 30% da população que consideram o governo regular, também é possível entender as expectativas: 75% acham que o governo irá cumprir apenas parte de suas promessas, e 66% acreditam que o governo fez, até agora, menos do que esperavam. No entanto, somente 5% deste segmento acredita que o governo será negativo - 54% creem que continuará sendo regular e 40% esperam que o terceiro governo Lula seja positivo.

Esses perfis que mais consideram o governo como regular - pessoas mais jovens, estudantes e trabalhadores à margem dos

direitos trabalhistas, possuem maior preocupação e incertezas sobre o futuro. Entender essa parcela da população é fundamental para construir uma maioria social e isolar o bolsonarismo no país - em especial por serem segmentos, especialmente os jovens e estudantes, que apoiaram em sua maioria a candidatura de Lula.

A pesquisa, realizada em 29 e 30 de março com coleta presencial de entrevistas, traz também dados referentes à expectativas sobre o governo da população no geral. De acordo com o Datafolha, 50% dos entrevistados acreditam que Lula fará um governo ótimo/bom, enquanto 27% afirmam que será regular e 21% que será ruim/péssimo.

A avaliação sobre os primeiros 100 dias, no entanto, demonstra que há expectativas de curto prazo a serem cumpridas para parte do eleitorado. Exatamente

51% dizem que o governo Lula fez menos do que esperavam, 25% que fez o que era esperado e 18% que fez mais que o esperado. Outros 28% acreditam que Lula cumprirá a maioria de suas promessas de campanha, enquanto 50% creem que somente uma parte será cumprida. E 21% dizem que nenhuma será.

As três áreas consideradas como de melhor desempenho do início do governo pelos entrevistados foram as políticas voltadas aos povos indígenas (16%), ao combate à fome (12%) e à cultura (8%). As piores áreas são economia (15%), saúde (12%) e segurança pública (12%). Para a maioria, as prioridades deveriam ser saúde (32%), educação (16%) e combate ao desemprego (12%). •

Cientista político com mestrado na PUC-SP, é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo.



O PRESIDENTE TEM RAZÃO

A maioria do povo acha que Lula faz bem ao bater nos juros altos definidos pelo Banco Central. De acordo com o Datafolha, 80% da população dão razão ao presidente. E 71% acreditam que os juros estão mais altos do que deveriam

Opovo confia no novo governo. E dá razão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem criticado reiteradas vezes que os juros praticados pelo Brasil são um problema para a retomada do crescimento e a geração de emprego e renda. Na segunda-feira, 3, o Datafolha revelou que 80% da população brasileira acreditam que Lula age bem ao pressionar pela queda dos juros – os mais altos do planeta: 13,75%.

A rodada do Datafolha, realizada entre os dias 29 e 30 de

março, ouvindo 2.028 pessoas em 126 municípios em todo o Brasil. A margem de erro da amostra é de 2 pontos percentuais. A pesquisa mostra que 71% das pessoas apontam que a taxa está mais alta do que deveria, sendo que 55% a consideram muito mais alta do que devia ser. Só 17% acreditam que os juros básicos estão em um patamar adequado, e 5% responderam que a Selic está mais baixa do que deveria. Não souberam responder 6%.

Os resultados indicam que, quanto mais se informam sobre o tema, mais os brasileiros per-

cebem a absurda posição do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, nomeado por Jair Bolsonaro.

Na quinta-feira, véspera do feriado, Lula voltou a condenar os juros altos do Banco Central e avisou que vai discutir a política monetária na volta da China, no próximo dia 16. Ele não descartou sequer rever a meta de inflação. “Se a meta está errada e não pode cumprir, muda-se a meta”, disse.

Segundo o presidente, os altos juros determinados pelo BC são incompreensíveis. “Não tem uma inflação de demanda”, lem-

brou o presidente. “Não discuto meta, porque é para o BC e o Senado, que define a autonomia do banco”, lembrou. Para este ano, a meta de inflação foi fixada em 3,25% e será considerada formalmente cumprida pelo BC se oscilar entre 1,75% e 4,75%. O mercado financeiro estima, contudo, que a inflação pode vir a fechar o ano em quase 6%. Se a projeção se confirmar, será o terceiro ano seguido do estouro da meta pelo Banco Central.

Na segunda-feira, 3, foi o vice-presidente da República quem criticou a atual política monetária. “Eu acho que passou da hora [de reduzir a taxa]”, observou o vice-presidente, que também acumula o comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. “Não tem razão para nós termos a maior taxa de juros do mundo. Aliás, é difícil de entender”, criticou. “Em 2020, a taxa de juros era de 2%. Hoje, está em 13,75%. “Não tem justificativa, e esse é um fator importante, porque câmbio, juros e imposto são decisivos para a atividade econômica”.

Sob o argumento de controlar a inflação e trazê-la para a meta, Roberto Campos Neto tem dito que as decisões do Banco Central são técnicas e baseadas nas expectativas de inflação futura. Desde que tomou posse, Lula tem rebatido a autoridade monetária, que ganhou autonomia desde 2021, apontando que os juros no Brasil não conseguem atacar uma inflação que não é ocasionada pelo aumento de demanda e ainda freiam o crescimento.

De acordo com o Datafolha, mesmo entre os eleitores do PL, partido de Jair Bolsonaro, que indicou Campos Neto para o BC, a percepção de que os juros estão mais altos do que o recomendado. Esta é a percepção de 77% dos eleitores do ex-

-presidente. Entre as regiões do país, essa opinião só fica abaixo dos 70% no Nordeste (67%).

Já 17% dos brasileiros dizem acreditar que os juros básicos estão em um patamar adequado. E somente 5% responderam que ela está mais baixa do que deveria. De acordo com o levantamento, 6% não souberam responder.

O apoio ao presidente Lula é maior entre os brasileiros que recebem até dois salários mínimos (R\$ 2.604), faixa em que 85% dizem concordar com o petista. Também é assim entre aqueles com até o ensino fundamental (84%), os desempregados e que estão sem procurar emprego (91%) e os que se declaram pretos (84%). Entre os que têm ensino superior, 24% afirmam que Lula age mal ao pressionar o BC; entre os empresários, 28%; entre os que se declaram brancos, 19%.

“Dizer que a taxa de juros deveria estar em 26,5% para cumprir a meta de inflação, como fez o presidente do BC, mostra o tamanho da besteira que eles fizeram lá atrás”, disse o economista Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-diretor do Banco Central, à Folha de S.Paulo. Para o sociólogo e coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, Clemente Ganz Lúcio, a discussão sobre os rumos da economia refletem as diferenças entre o Brasil que Lula encontrou ao tomar posse em 2003 e agora, em 2023.

“Há uma pressão inflacionária, mas estamos com uma política monetária alucinada do ponto de vista do crescimento”, comentou o sociólogo em declaração à Folha. “A sociedade espera respostas imediatas do governo, e, claramente, o BC tem uma resposta diferente. Como resultado, o país está com um freio na economia como nenhum outro”. •

ECONOMIA E DESEMPREGO PREOCUPAM

Apesar de a maioria da população apoiar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sua cruzada pela queda dos juros, o percentual de brasileiros que temem uma piora da situação econômica do país nos próximos meses aumentou em relação às expectativas da campanha eleitoral de 2022.

Em dezembro, após a vitória de Lula sobre Jair Bolsonaro, 20% diziam esperar uma piora da economia brasileira. Agora, esse percentual é de 26%, mesmo patamar daqueles que acreditam que não haverá mudança. Entre os que contam com uma melhoria, houve uma queda de 49% para 46%.

Sobre a situação do Brasil nos últimos meses, a percepção maior é de continuidade: 41% dizem que está igual (eram 35%), 35% falam em piora (ante 38%), e 23% afirmam que melhorou (eram 26%).

Quando lhes foi perguntado sobre como deve ficar sua situação econômica pessoal, 56% responderam que ela vai melhorar (eram 59% na última pesquisa), 14% disseram acreditar que ela piore (ante 11% de antes) e os mesmos 28% relatam que deverá ficar como está.

Com a expectativa de desemprego, o pessimismo também aumentou em comparação ao Datafolha de dezembro. Agora, 44% falam em aumento do desemprego (eram 36% há três meses), enquanto 29% contam com uma redução (ante 37%). •

HADDAD: FIM DOS PRIVILÉGIOS

Ministro da Fazenda promete cobrar impostos das 500 empresas com 'super lucros' que atualmente não recolhem tributos. E diz que vai entregar ao Congresso o nome dos bilionários que estão levando dinheiro público. "Queremos rever expedientes ilegítimos que beneficiam empresas com superlucros"

No Brasil de Lula, o pobre está no orçamento e os ricos vão pagar imposto. Na quinta-feira, 5, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reiterou a disposição do governo de colocar o Leão para morder as empresas que não pagam impostos no país. Ele disse que existem hoje 500 empresas com "super lucros" que não recolhem tributos. Elas se utilizam de "expedientes ilegítimos, como subsidiar o custeio de uma empresa que está tendo lucro". "A empresa que não paga imposto e está tendo lucro passará a recolher", anunciou o ministro.

Haddad reafirmou que não há intenção de criar novos tributos ou aumentar alíquotas existentes. "Estamos falando de quem não paga. Hoje, quem não paga são as maiores empresas brasileiras", denunciou. Ele estima que hoje o país abre mão de uma arrecadação entre R\$ 400 bilhões e R\$ 500 bilhões. Ele declarou que o governo não pretende mexer em parte desse montante, que corresponde, por exemplo, às Santas Casas ou à Zona Franca de Manaus.

"Minha vontade é de listar os bilionários que estão levando o dinheiro público, Congresso vai pedir a lista e eu vou dar", disse o ministro, ainda sem citar nomes. "Queremos rever expedientes ilegítimos que beneficiam empresas com super lucros. Há grandes empresas que não pagam imposto,

é uma injustiça com o pequeno e médio empreendedor".

Entre os setores que não pagam impostos estão as grandes empresas de tecnologia globais, as 'big techs'. Haddad lembrou também que será importante promover a taxa de empresas de apostas esportivas, um setor que vem crescendo exponencialmente no Brasil, por conta dos

R\$ 500 BI

é quanto o governo estima que deixa de arrecadar em impostos pelas manobras de empresas e desonerações a setores legítimos, como as Santas Casas e a Zona Franca de Manaus

aplicativos de dispositivos móveis de telefonia.

Os cálculos iniciais do Ministério da Fazenda apontavam que esse setor teria um potencial de arrecadação de R\$ 6 bilhões. Mas a estimativa apresentada pelo próprio setor ao governo indica que a arrecadação poderia ser o dobro. Segundo Haddad, os números foram apresentados porque as empresas de apostas online estão em busca de regulamentação, a fim de evitar casos de pirataria e manipulação dos resultados.

Ainda sobre as mudanças tributárias que o governo pretende fazer, Haddad afirmou que não há planos de criar ou mudar alíquotas sobre importações online, somente aplicar a legislação. "Sites americanos e chineses que não fazem contrabando não têm com o que se preocupar", disse. "Os sites estrangeiros que estão dentro da lei, sem engenharia tributária, não têm com o que se preocupar. Queremos combater o comércio clandestino, quem não paga imposto de importação".

O ministro também declarou que as isenções concedidas durante a pandemia para alguns setores serão calibradas, com reavaliação do tempo de concessão. "Vamos verificar dentro do orçamento quais são os absurdos", disse o ministro. Ele comentou que o benefício foi estendido para uma "enormidade de setores que tiveram aumento de vendas, como as locadoras de automóveis". E questionou: "Por que uma locadora de automóveis precisa ser beneficiada por uma lei para o setor de eventos?"

Haddad acrescentou que em conversa recente com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, a autoridade mostrou um exercício sobre o "rol de barbaridades do sistema tributário" e chegou a um montante de R\$ 300 bilhões. "Estamos falando de menos da metade disso para equilibrar o Orçamento, para não prejudicar Saúde, Educação e Bolsa Família. •

EM DEFESA DO POVO BRASILEIRO

O governo Lula chega aos 100 dias mostrando a retomada de um novo ciclo de desenvolvimento nacional, investindo em programas para a melhoria da qualidade de vida de todos

Zeca Dirceu

Cem dias de governo Lula é um período curto para reconstruir um país destruído pelo governo anterior, mas mesmo assim o povo brasileiro tem que se orgulhar dos feitos e avanços superlativos já conquistados. O Brasil está de volta, com diálogo entre o governo e a sociedade, respeito à democracia e um vasto leque de ações para a recuperação da economia, com geração de empregos e renda, defesa do meio ambiente e apoio aos setores produtivos a fim de levar o país a um novo patamar de desenvolvimento sustentável e com justiça social.

Projetos estruturantes e setoriais trazem alento à população. Temos a volta do Bolsa Família – com R\$ 600 mensais, mais benefício de R\$ 150 para crianças de até 6 anos –, do Minha Casa, Minha Vida e do programa Mais Médicos, que vai assegurar atendimento de saúde ampliado nas periferias e nos municípios mais distantes do Brasil.

Foi relançado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com o aporte de R\$ 500 milhões para a compra direta de produtos da agricultura familiar, priorizando indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, assentados da reforma agrária e mulheres. O governo anterior programara apenas



R\$ 2,6 milhões para este segmento estratégico, um dos sustentáculos do projeto para garantir ao povo brasileiro alimentos fartos e de qualidade.

São 100 dias de retomada do processo civilizatório. Já no primeiro dia de governo, foi

recriado o Fundo Amazônia para financiar projetos de fiscalização e controle do desmatamento e promover a recuperação das florestas. Logo depois, iniciou-se a defesa do povo Yanomami, vítima do ex-presidente genocida.

E vieram dezenas de outras ações para colocar o Brasil, de novo, no rumo certo, tais como a retomada das campanhas de vacinação, a liberação de R\$ 600 milhões para a realização de cirurgias eletivas pelo SUS, o reforço à educação e à saúde, reajuste do salário do funcionalismo público depois de seis anos de arrocho e aumento real do salário mínimo. É hora de celebrar o reinício das obras para a construção de escolas, creches, universidades públicas e institutos federais. Na educação, a PEC da Transição aumentou em R\$ 12 bilhões o orçamento da área, depois de seis anos de redução e cortes.

E vem aí o Desenrola Brasil, programa que vai ajudar a reequilibrar o orçamento de mais de 70 milhões de brasileiros inadimplentes. Não bastasse isso, também teremos um programa para retomar

milhares de obras paralisadas ou em ritmo lento de execução.

Tudo isso mostra o comprometimento do governo Lula com o povo brasileiro, visto por setores oligárquicos apenas como massa de manobra para auferir lucros e perpetuar um sistema social injusto e desagregador. A marca simbólica alcançada neste dia 10 de abril nos dá muitos motivos para comemorar.

A bancada do PT na Câmara, no período, mas sobretudo nos últimos 70 dias, desde que assumi o cargo de líder, tem contribuído decisivamente para construir a governabilidade, com apoio às iniciativas estratégicas do governo. Trabalhamos para fortalecer as ações de apoio à agricultura familiar, a retomada do PAA e o combate à fome. Contribuímos com o debate sobre a política econômica, denunciando as altas e antinacionais taxas de juros do Banco Central. Dialogamos a respeito das propostas de reforma tributária e do novo arcabouço fiscal.

Nossa bancada manteve diálogos com os movimentos sociais, representações dos serviços públicos e dos setores produtivos. Foram 70 dias de muito trabalho coletivo, voltado à sustentação do governo do presidente Lula e em defesa dos interesses do povo. Um Brasil melhor está em plena construção. •

Deputado federal pelo Paraná,
é líder da bancada do PT
na Câmara dos Deputados



NOVO ENSINO MÉDIO É ADIADO

Ministério da Educação decide adiar o cronograma para ampliar o debate da eficácia da reforma aprovada por Temer em 2017. Apenas 60% da grade estava ocupada com conteúdo obrigatório – português, matemática, ciências e humanidades

A implantação da nova etapa da reforma do Ensino Médio foi suspensa pelo Ministério da Educação. O governo Lula decidiu adiar o prazo para as novas exigências da mudança aprovada em 2017, durante o governo de Michel Temer. Em linhas gerais, o chamado Novo Ensino Médio prevê que 40% da carga horária seja destinada a “percursos optativos” de acordo com interesses dos alunos ou de formação técnica, o que significa que apenas 60% do tempo seria destinado a conteúdos obrigatórios – português, matemática, ciências e humanidades.

Diante do acirramento do debate, o Ministério da Educação soltou nota. A pasta afirma a “convicção de subsidiar qualquer to-

mada de decisão e reavaliação quanto ao Novo Ensino Médio com base em diálogo amplo e democrático”. Nesse processo de reavaliação, estão previstas uma consulta pública com audiências, oficinas de trabalho, seminários e pesquisas nacionais com a comunidade escolar sobre o processo de implementação do modelo. Isso corrobora a intenção de Lula de reconstruir o país ouvindo seus principais protagonistas. No entanto, depois do anúncio do governo Lula, recomeçou a grita com a correção de rumos.

A imprensa corporativa deu voz às figurinhas carimbadas de sempre, que classificaram a decisão como “retrocessos”, “atraso”, como se a tomada de fôlego para reavaliar a reforma fosse simplesmente um recuo populista diante

da pressão das entidades de professores e alunos – omitindo o fato de ambas são as principais implicadas nas mudanças.

Até empresários do mundo do entretenimento entraram na parada midiática em troca de mensagens nas redes. O lobby das escolas particulares, para as quais a implantação do novo ensino médio têm menores dificuldades e pode, inclusive, ser boa para os negócios, já ameaça entrar na Justiça com essa revogação parcial para rediscutir o modelo.

O diretor do Colégio Bandeirantes, escola de elite de São Paulo e membro do conselho consultivo da Associação Brasileira das Escolas Particulares (Abepar), Mauro Aguiar acusa a decisão do governo de “ser ideológica”. “Existe uma pressão política que não tem nada

a ver com educação e começa a confundir o próprio ministério ao ponto de ele não conseguir orientar e dar um norte”, questionou.

A presidente da Associação das Universidades Particulares, Elizabeth Guedes – irmã do ex-ministro Paulo Guedes – faz coro: “O Enem [Exame Nacional do Ensino Médio] como está é uma inutilidade que nada avalia, e continuaremos como estávamos: patinando no passado”.

Importante lembrar que Jair Bolsonaro, que nomeou quatro ministros da Educação para desmontar o ensino superior, favorecer colégios militares e perseguir professores em sala de aula em nome da “escola sem partido”, é um entusiasta da reforma do ensino médio. Ele tentou, ativamente, insuflar a malta bolsonarista para interferir em questões do Enem para “testar” a isenção dos corretores na redação em temas como o Golpe de 1964, o racismo estrutural e até o formato da Terra.

O debate em torno da reforma opõe entidades de educadores e de estudantes, que vêem na reforma um empobrecimento do currículo dedicado às disciplinas de conteúdos ditos tradicionais a organizações de caráter educativo financiadas pela iniciativa privada, empresas de sistemas de ensino e associações comerciais de escolas. O embate é particularmente espinhoso dada a desigualdade das redes públicas e particulares, uma vez que as condições de implantação de cursos de fato atraentes e formativos a adolescentes e jovens são diferentes na escola privada e na pública.

Entre os motivos alegados para a mudança, à época em que foi debatida e aprovada no Congresso, estão vários estudos pedagógicos apontando riscos na queda da qualidade de ensino ao final do percurso escolar obrigatório

por lei. Isso sem falar nos índices de abandono e desencanto dos alunos com a educação e a ideia de que há uma quantidade de disciplinas obrigatórias (que eram 13) em aulas expositivas e metodologia ultrapassada. Se os sintomas detectados eram visíveis a todos, o mesmo não se pode dizer dos remédios.

O lobby por uma educação dita meritocrática que empurra jovens e adolescentes das classes populares precocemente para o mercado de trabalho, a pressão

DANIEL CARA: “É UMA FALÁCIA DIZER QUE OS ALUNOS ESTÃO ESCOLHENDO O QUE INTERESSA. A REFORMA ESVAZIOU O APRENDIZADO DO ENSINO MÉDIO”

das bancadas da bíblia pela tal da “escola sem partido” (incluindo a aprovação do homeschooling) e a pressão de empresas educacionais que “vendem” sistemas de ensino fechados provocou distorções enormes no tratamento do tema. Além disso, a proximidade das fundações de capital privado que oferecem formação a professores, material didático, ajuda financeira para implantação de bibliotecas, laboratórios e outros equipamentos necessários aos percursos ditos mais atrativos aos estudantes deixou educadores e

alunos, sobretudo das escolas públicas, à mercê de matérias ainda mais desinteressantes que as aulas de gramática.

“É uma grande falácia dizer que os alunos estão escolhendo estudar o que os interessa. Eles estão tendo que aceitar o que as escolas conseguem oferecer. A reforma esvaziou o aprendizado do ensino médio”, aponta Daniel Cara, professor da USP.

Levantamento junto a secretarias estaduais de educação aponta que nada menos que 1.526 opções de matérias foram criadas e vem sendo oferecidas como alternativa aos estudantes. De acordo com alunos entrevistados pela *Folha*, além de cursos estapafúrdios e não-condizentes com a realidade social do estudantado – como “Torne-se um milionário” ou que empurram aos alunos mais pobres ao “bico” travestido de “empreendedorismo” – estão roubando tempo de estudo para conteúdos que importam de fato. Um aluno de 18 anos que pretendia ingressar no curso de Geografia na universidade aponta que não conseguiu se aprofundar: “Em vez de estudar história e geografia, tive que fazer uma disciplina de comunicação e marketing”, lamentou.

As diferenças regionais – o ensino médio é regido por determinações curriculares federais, mas as secretarias estaduais têm autonomia para definir e fiscalizar critérios – também provocaram distorções importantes. No Piauí, por exemplo, são sete disciplinas, mas no Distrito Federal, 601.

A maioria dos profissionais que já pisaram em sala de aula como professores afirmam que o processo de preparação de curso e aula, além das avaliações e acompanhamento dos alunos, consome muitas horas de trabalho, muitas vezes não-remunerado ou mal remunerado de forma inadequada. •



VIOLÊNCIA Assassino pulou o muro da creche Bom Pastor, em Blumenau, e atacou crianças com uma machadinha

UMA NOVA TRAGÉDIA

Dessa vez, ataque ocorreu numa creche em Blumenau (SC). Um homem de 25 anos invadiu o estabelecimento com uma machadinha e matou quatro crianças, deixando outras quatro feridas. Ele se entregou à polícia. Lula classificou o episódio de “monstruosidade”

A notícia correu o mundo na última quarta-feira, 5. Um homem de 25 anos, apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022, invadiu uma creche em Blumenau (SC) com uma machadinha, matando quatro crianças e ferindo pelo menos outras quatro. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva classificou o atentado como uma “monstruosidade” e “tragédia inaceitável”.

“Não há dor maior que a de uma família que perde seus fi-

lhos ou netos, ainda mais em um ato de violência contra crianças inocentes e indefesas. Meus sentimentos e preces para as famílias das vítimas e comunidade de Blumenau diante da monstruosidade ocorrida na creche [Cantinho] Bom Pastor”, escreveu Lula, nas redes sociais.

O agressor, identificado como Luiz de Lima, se apresentou 10º Batalhão de Polícia Militar, onde foi preso e encaminhado à Polícia Civil. Aparentemente, ele não tem qualquer ligação com o centro, que oferece serviços de creche, educação infantil e ativida-

des extracurriculares a crianças de 1 a 7 anos. As quatro crianças mortas tinham entre 5 e 7 anos.

O chefe da Polícia Civil do estado de Santa Catarina, Ulisses Gabriel, confirmou que o agressor era um homem de 25 anos, do vizinho estado do Paraná. Ele vai responder por homicídio e tentativa de homicídio. A polícia acredita que o ataque foi um ato isolado e não relacionado a outros crimes.

Imagens veiculadas nas redes sociais mostravam pais chorando do lado de fora da creche particular Cantinho do Bom Pastor. O



DOR Bruno Bride (de camisa branca) estava inconsolável diante da morte do filho Bernardo, de 5 anos. Ele deixou o filho na creche na manhã de quinta, 5

ataque ocorreu no playground do centro, segundo a afiliada local da Rede Globo de Televisão, NSC. A emissora mostrou uma foto do suspeito com a cabeça raspada.

Os ataques a escolas no Brasil têm ocorrido com maior frequência nos últimos anos. No final de março, houve um ataque a uma escola da Vila Sônia, na Zona Oeste de São Paulo, quando um adolescente de 13 anos matou uma professora e deixou cinco feridos.

Em maio de 2021, outro ataque a uma creche ocorreu também no estado de Santa Catarina. Um assaltante usou uma adaga para matar três crianças menores de 2 anos e dois adultos.

De 2000 a 2022, 16 ataques ou episódios violentos aconteceram em escolas, quatro deles no segundo semes-

tre do ano passado, segundo relatório de pesquisadores liderados por Daniel Cara, professor de educação da Universidade de São Paulo. Os pesquisadores prepararam o relatório para o governo do presidente Lula.

O Ministério da Educação planeja criar um grupo para desenvolver uma política nacional de combate à violência nas escolas. O anúncio foi feito pelo ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta. O grupo de trabalho deve envolver os ministérios da Educação, Direitos Humanos e Cidadania, Justiça e Segurança Pública e Secretaria-Geral da Presidência. "A ideia é valorizar na sociedade uma cultura de paz, uma cultura de não violência", disse Pimenta. •

**LULA: "NÃO HÁ
DOR MAIOR QUE A
DE UMA FAMÍLIA
QUE PERDE SEUS
FILHOS OU NETOS,
AINDA MAIS EM UM
ATO DE VIOLÊNCIA
CONTRA CRIANÇAS
INDEFESAS"**

FAMÍLIAS ESTÃO DESOLADAS

O pai de um menino que morreu no ataque à creche Cantinho Bom Pastor em Blumenau, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, deixou o local no fim da manhã da quarta-feira, 5, chorando e carregando o material escolar da criança. "Só sobrou a mochila do meu filho", disse. Ele estava a caminho do Instituto Médico Legal (IML), para onde os corpos das vítimas foram levados.

Três meninos e uma menina foram mortos: Bernardo Cunha Machado, de 5 anos; Bernardo Pabest da Cunha, 4 anos; Larissa Maia Toldo, 7 anos; e Enzo Marchesin Barbosa, de 4 anos. Outras cinco crianças ficaram feridas – uma em estado grave.

"Agradeço a Deus todos os momentos que vivi com o meu filho. A partir de hoje a memória dele vai ser honrada no meu coração", afirmou a jornalista Bruno Bride, pai de Bernardo, de 5 anos, também vítima do ataque na creche. Ele contou ainda que nesta manhã os dois foram para creche dando pulos "imitando um coelhinho".

Segundo os bombeiros, havia 40 crianças na creche. Em nota de pesar, a direção da creche particular, lamentou. "Estamos desolados com a tragédia ocorrida no dia de hoje no nosso ambiente escolar, sofrendo terrivelmente e sentindo as dores que afetam cada criança, familiar, amigo. Ainda estamos tentando entender o ocorrido, que atinge o que nos é mais sagrado: a integridade de nossas crianças, que sempre foram aqui recebidas com amor e carinho", diz o texto. •

Arquivo

13 de abril de 1945

GETÚLIO CHAMA DUTRA DE 'DESLEAL'

Num documento escrito à mão, datado de 13 de abril de 1945, o presidente Getúlio Vargas constata o fracasso da estratégia de lançar a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra com o objetivo de esvaziar as articulações golpistas. Segundo Getúlio, Dutra, seu então ministro da Guerra, também havia se convertido num golpista.

De acordo com Lira Neto, autor da trilogia "Getúlio", a carta parece uma antecipação do testamento que ele deixaria na mesa de cabeceira antes de se suicidar, em 24 de agosto de 1954.

O diagnóstico de Getúlio sobre o general é duríssimo: "Esse candidato é um homem primário, instintivo, desconfiado, desleal, com ambições superiores ao seu merecimento e cercado por uma camarilha doméstica, civil e militar, que o domina sem contraste, falando ora em nome do povo, ora em nome do Exército, sem representar nem a um, nem a outro."

E desabafa: "Senti que estava traído (...). Não poderia reagir porque bradariam, conforme o ambiente por eles criado, que eu preparava o golpe para continuar no poder".

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br



14 de abril de 1961

JÂNIO CRIA O PARQUE NACIONAL DO XINGU

O presidente Jânio Quadros decreta a criação do Parque Nacional do Xingu, no nordeste de Mato Grosso, na parte sul da Amazônia e totalmente inserido na bacia do rio Xingu. A decisão é uma vitória de indigenistas e antropólogos pela demarcação de uma área de proteção indígena e ambiental capaz de deter a redução da população local, vitimada pela violência e pelas doenças trazidas por colonizadores.

Em termos históricos, a região

foi primeiramente documentada em 1884, pelo antropólogo alemão Karl von den Steinen, que registrou aspectos geográficos e a presença de várias tribos indígenas. Em 1943, incluídos na expedição Roncador-Xingu – que se embrenhava na região para abrir caminhos por terra e campos de pouso –, os irmãos Cláudio, Leonardo e Orlando Vilas-Boas estabelecem contato com os camaiurás, cuicuros, matipus, trumais, uaurás e outros povos.

17 de abril de 1961

FRACASSA INVASÃO DA BAÍA DOS PORCOS PELOS EUA

Cerca de 1.500 exilados cubanos que viviam nos Estados Unidos invadem a baía dos Porcos, em Cuba, com o objetivo de ocupar o sul da ilha e obter o apoio do povo para a derubada do regime de Fidel Castro.

Os anticomunistas tiveram apoio logístico norte-americano e foram treinados pela CIA na Guatemala. Fidel, no entanto, tinha agentes infiltrados

na operação e deslocou tropas para o sul. A operação foi mal executada e não obteve nenhuma simpatia da população, que apoiou o governo revolucionário. A invasão foi derrotada com facilidade. Os contrarrevolucionários foram capturados, e os EUA tiveram de pagar indenizações a Cuba para libertá-los. O fracasso jogou John Kennedy para a direita.



11 de abril de 1964

CASTELO SE IMPÕE A CONGRESSO MUTILADO

Dois dias depois do Ato Institucional e da cassação de 40 parlamentares, o general Castelo Branco é eleito presidente da República em votação indireta no Congresso Nacional. Candidato único, obteve 361 votos contra 72 abstenções, tornando-se o primeiro dos cinco generais presidentes em 21 anos de ditadura.

O presidente da Câmara, Raineri Mazzilli, que exercia formalmente a Presidência da República desde a deposição de Goulart e

era tutelado pelos ministros militares, transmitiu-lhe o cargo no dia 15 de abril.

Nos anos que precederam o golpe, o general Castelo Branco foi o principal interlocutor militar do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon. Conspirador discreto, foi chefe do Estado Maior do Exército no governo Goulart. Os três membros do Comando Supremo mantiveram-se à frente dos ministérios militares.

11 de abril de 1964

REGIME FAZ EXPURGO NAS FORÇAS ARMADAS

O Ato Complementar nº 3 da ditadura mulutar expulsa das Forças Armadas 122 oficiais (77 do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica). Da primeira lista de cem cassações, divulgada dois dias antes, já faziam parte seis oficiais superiores que apoiavam o governo constitucional de João Goulart. Centenas de marinheiros, praças,

cabos e sargentos que participavam de associações profissionais e defendiam as Reformas de Base foram presos nas primeiras horas do golpe. A repressão aos democratas e legalistas, da base ao topo da hierarquia, fez dos militares o grupo mais numeroso de cidadãos perseguidos pelos golpistas de 1º de abril.

Abril de 1965

DITADURAS SE UNEM ÀS ORDENS DE TIO SAM

Em mais um gesto de alinhamento incondicional aos EUA, Castelo Branco envia 1.300 militares brasileiros para apoiar a invasão da República Dominicana. O ataque norte-americano ao pequeno país do Caribe tinha o objetivo de garantir a ditadura instalada em 1963 em Santo Domingo, que havia derrubado o governo constitucional de Juan Bosch. O golpe contra Bosch, acusado pelos EUA de comunista, fora organizado pela CIA.

Além do Brasil, as ditaduras do Paraguai e da Nicarágua aceitaram participar das Forças Interamericanas de Paz. A subserviência de Castelo desencadeou as primeiras passeatas estudantis depois do golpe de 1964.

16 de abril de 1968

DITADURA GANHA A PRIMEIRA GREVE

Cerca de 1.200 trabalhadores da siderúrgica Belgo-Mineira, em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, cruzam os braços reivindicando reajuste salarial de 25%. A primeira greve depois do golpe militar surpreendeu a ditadura, que desde 1964 impunha uma política de arrocho responsável por corroer mais de 20% do valor médio dos salários. A greve foi articulada pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos eleita no ano anterior e impedida de tomar posse.

Abril de 1970

'APESAR DE VOCÊ' VIRA UM HINO

Chico Buarque volta do exílio e compõe "Apesar de Você", samba que podia ser entendido tanto como uma briga de casal ou uma crítica à ditadura: *"Hoje você é quem manda/ Falou, tá falado, não tem discussão/ A minha gente hoje anda/ Falando de lado e olhando pro chão/ Você que inventou esse estado/ Inventou de inventar toda escuridão/ Você que inventou o pecado/ Esqueceu-se de inventar o perdão/ Apesar de você, amanhã há de ser outro dia..."*

Os censores não perceberam o duplo sentido da letra, mas o público entendeu o recado. Cem mil cópias foram vendidas em uma semana, tempo que as autoridades levaram para proibir a distribuição e a execução em rádio e TV.

15 de abril de 1971

OLHO POR OLHO, DENTE POR DENTE

O industrial dinamarquês Henning Albert Boilesen, presidente do Grupo Ultra e membro da diretoria da Fiesp, é morto por um comando do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e da Ação Libertadora Nacional (ALN). Boilesen foi um dos mais ativos financiadores da Operação Bandeirante (Oban), centro de repressão e tortura. Além de organizar uma "caixinha" entre os empresários, cedeu caminhões da Ultrazag ao regime e, mais de uma vez, participou como espectador de sessões de tortura. O industrial foi executado na mesma alameda Casa Branca onde foi morto Carlos Marighella.



14 de abril de 1970

DITADURA MATA A ESTILISTA ZUZU ANGEL

A estilista Zuzu Angel, que deu repercussão internacional ao "desaparecimento" de seu filho Stuart Edgar Angel Jones, morre num acidente automobilístico na saída do túnel Dois Irmãos, na autoestrada Lagoa-Barra, no Rio. De acordo com a versão oficial, ela teria dormido ao volante de seu Karmann Ghia. A estilista havia deixado uma declaração, escrita um ano antes, na qual alertava: "Se eu aparecer morta, por acidente ou outro meio, terá sido obra dos assassinos do meu amado filho".

A Embaixada dos EUA no Brasil considerou o acidente suspeito, conforme documento revelado pelo Wikileaks, em 2013. Investigações posteriores à redemocratização deixaram claro que se tratou de um atentado. O carro que ela dirigia foi abalroado por dois outros veículos.

Zuzu era uma estilista famosa desde os anos 1960 por suas criações com motivos brasileiros, que também faziam sucesso nos EUA. Foi casada com o norte-americano Norman Angel Jones. Tiveram dois filhos: Hildegard, que viria a se tornar uma influente jornalista no Rio, e Stuart, estudante de economia que militou no MR-8.

Preso em 14 de abril de 1971, Stuart foi torturado até a morte por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica na Base Aérea do Galeão. Os agentes queriam que ele informasse o paradeiro de Carlos Lamarca. O jovem nada revelou. De acordo com relato Alex Polari, que também estava preso no Galeão, o estudante foi amarrado a um jipe militar e arrastado pela pista de pouso até a morte.

Inconformada com o silêncio da ditadura sobre a morte do filho, Zuzu Angel iniciou uma corajosa campanha de denúncia dentro e fora do país. Ela entregou um dossiê ao secretário de Estado Henry Kissinger, que visitou o Brasil em 1976. Também escreveu ao senador democrata Edward Kennedy, que denunciou o caso no Congresso. Em Nova York, a estilista promoveu um desfile de roupas estampadas com anjos feridos e pássaros engaiolados.

Um ano após sua morte, Chico Buarque de Hollanda homenageou Zuzu Angel na letra de "Angélica", com música de Milton do MPB4: *"Quem é essa mulher/ Que canta sempre esse estribilho?/ Só queria embalar meu filho/ Que mora na escuridão do mar"*.



14 de abril de 1977

GENERAL GEISEL FECHA O CONGRESSO NACIONAL

Duas semanas depois de usar o Ato Institucional nº 5 (AI-5) para fechar o Congresso Nacional, o general Ernesto Geisel baixa um conjunto composto por uma emenda constitucional e seis decretos autoritários com o objetivo de conter o avanço eleitoral da oposição e garantir sobrevivência à ditadura.

O Pacote de Abril, como ficou conhecido, devolveu à Arena o controle do Legislativo, cancelou as eleições diretas para governador previstas para o ano seguinte e determinou a escolha indireta de um terço dos senadores, entre outras medidas. Foi o maior retrocesso político desde a edição do AI-5, em dezembro de 1968.

O pretexto para o fechamento do Congresso e a edição do pacote foi a derrota da proposta de emenda constitucional da reforma do Judiciário. Para aprová-la, eram necessários dois terços dos votos dos parlamentares, o que exigia apoio de parte do MDB. O Diretório Nacional do partido “fechou questão” contra, exigindo a volta do habeas corpus para presos políticos e das garantias dos juízes. A emenda foi rejeitada em 30 de março. Geisel decretou o recesso do Congresso 48 horas depois.

O Pacote de Abril pôs em evidente contradição o discurso de “abertura política” e a prática autoritária do governo. Vencido nas urnas em 1974 e com nova derrota eleitoral no horizonte, Geisel decidiu conter o avanço do MDB e garantir o controle do Colégio Eleitoral de 1978.

O objetivo era fazer o general João Baptista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), seu sucessor. Geisel coroou o pacote, estendendo de cinco para seis anos o mandato do próximo presidente, o que daria fôlego à ditadura até 1985. Para acrescentar uma medida popular, o governo acabou com a “denúncia vazia”, um mecanismo que permitia o despejo de inquilinos de imóveis sem qualquer motivação.

Entre as medidas, as eleições para governador, previstas para 1978, foram adiadas para 1982. Eles seriam eleitos pelas Assembleias, garantindo maioria da Arena. Os mesmos colégios eleitorais iriam eleger um senador por Estado, garantindo um terço do Senado. O critério de representação na Câmara dos Deputados foi alterado, aumentando as bancadas dos estados menores, onde a Arena era mais forte.

16 de abril de 1982

CONDENAÇÃO DE LULA É ANULADA

O Supremo Tribunal Militar (STM) anula todo o processo contra Luiz Inácio da Silva e outros dez dirigentes sindicais. Os acusados haviam sido processados pela Lei de Segurança Nacional (LSN) por “incitação à desobediência coletiva das leis” na greve dos metalúrgicos do ABC em 1980. Por 9 votos a 3, o STM decidiu remeter o caso à Justiça Federal para ser julgado sob a Lei de Greve. A ação, entretanto, já estaria prescrita em menos de um mês.

Lula e os dirigentes haviam sido condenados à reclusão em 25 de fevereiro de 1981 pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo a penas entre 2 anos e 3 anos e 6 meses de prisão. Réus e advogados não compareceram ao tribunal em protesto contra a arbitrariedade do processo. Em vista da ausência da defesa, esse julgamento acabou sendo anulado pelo STM em 2 de setembro de 1981. Em novo julgamento, entretanto, em novembro, as condenações seriam confirmadas. Os advogados dos sindicalistas decidiram, então, recorrer ao Supremo Tribunal Militar.

Desde o início do processo, a defesa afirmava que a denúncia da Procuradoria Geral da Justiça Militar contra os sindicalistas era inepta por não ser específica nem individualizada. Os advogados questionavam também o uso da LSN em uma ação decorrente de greve no setor privado, sem componente político e sem ameaça à segurança nacional.



Adobe Stock

O ACORDO CHINA-BRASIL

Lula embarca nesta terça-feira para Pequim. Os dois países vão fazer transações comerciais sem o uso do dólar. A China estabeleceu acordos como este feito com o Brasil com cerca de 25 outros países. O yuan já é a terceira moeda para transações comerciais no mundo, perdendo apenas para a moeda estadunidense e o euro

Marcelo Zero

China e Brasil anunciaram recentemente a celebração de acordo para intercâmbio comercial em suas moedas nacionais. Nesta terça-feira, 11, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva

embarca para Pequim para cumprir a primeira viagem de Estado à Ásia debaixo de muita expectativa. Junto com Xi Jinping, Lula assinará acordos que são vitais para a economia dos dois países. Mas o acordo do uso comum das moedas também sinaliza um novo tempo nas relações entre as duas nações.

Mediante tal acordo, os países disponibilizarão, aos seus exportadores, uma câmara de compensação, a qual permitirá que as transações sejam feitas sem a necessidade do uso do dólar. O acordo é atraente, pois diminui os custos financeiros das transações e, como o yuan flutua muito pouco, se daria maior previsibilidade às trocas.

Embora tenha causado algum ruído no Brasil, tal acordo não é nenhuma jabuticaba e tampouco se trata de um ponto fora da curva. A utilização de moedas nacionais para transações comerciais é uma tendência internacional, dado o risco político associado crescentemente ao dólar, que é utilizado como arma em eventuais sanções, e que, ademais, flutua bastante.

Há também uma preocupação mundial com a dívida pública dos EUA, que aumentou quase cinco vezes, de cerca de US\$ 6,5 trilhões, há 20 anos, para US\$ 31,5 trilhões, atualmente.

É bom lembrar que o Brasil fez o mesmo com a Argentina, país que tem carência de dólares. No âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), há um mecanismo semelhante, que foi criado na década de 1990: o Convênio de Créditos Recíprocos (CCR). Esse instrumento foi abandonado no governo Bolsonaro por motivos políticos.

A China, em particular, está fazendo um movimento para diminuir sua dependência do dólar. Está usando essa opção de realizar transações em yuan com vários países, e se desfez de US\$ 268 bilhões de suas reservas.

Este movimento está sendo seguido por outros países. No início deste século, as reservas globais estavam em cerca de 70% vinculadas ao dólar. Hoje, esse número já caiu para menos de 60%.

Segundo cálculos do Lowy Institute, um think tank independente fundado em abril de 2003 para

conduzir pesquisas sobre questões políticas, estratégicas e econômicas internacionais de uma perspectiva australiana, no ano 2000 os EUA eram, de longe, o líder comercial global.

Naquele ano, 80% das nações comercializavam mais com os EUA do que com a China. Em 2018, porém, a situação já tinha se invertido. Os EUA eram o principal parceiro comercial em somente 30% dos países. A China já tinha ultrapassado os EUA em 128 dos cerca de 190 países do mundo.

O yuan já é a terceira moeda para transações comerciais no mundo, perdendo apenas para o dólar e o euro. É utilizada em 7% das transações comerciais e tende a crescer bastante, nos próximos anos.

A China estabeleceu acordos como este feito com o Brasil com cerca de 25 outros países. Recentemente, foi anunciado um com a Arábia Saudita. Em nossa região, Chile e Argentina, países que fazem parte da Iniciativa do Cinturão e Rota (ICR), firmaram também acordos semelhantes.

Mediante outras iniciativas, já são cerca de 40 países no mundo todo que admitem transacionar suas trocas comerciais em yuan. Saliente-se que o acordo não torna compulsório o uso do yuan, mas oferece vantagens aos exportadores que queiram utilizá-lo.

Não obstante essa tendência e tais iniciativas, o dólar deverá ser a principal moeda para transações comerciais ainda por um bom tempo. No caso desse acordo com o Brasil, ele cria, porém, uma útil opção.

Como a China é, de longe, nosso principal parceiro comercial (no ano passado, a nossa corrente de comércio com Pequim superou os US\$ 150 bilhões), o acordo é mutuamente benéfico. •

* Sociólogo, é especialista em Relações Internacionais e assessor da liderança do PT no Senado

MEMORANDO BENEFICIA OS DOIS PAÍSES

O memorando de entendimento que China e Brasil assinaram no início do ano para estabelecer um acordo de compensação do yuan será propício para promover o comércio bilateral e facilitar o investimento. A avaliação é do Ministério das Relações Exteriores da China.

O acordo de compensação do yuan estava entre os cerca de 20 acordos de cooperação assinados entre a China e o Brasil durante o Seminário Econômico Brasil-China em Pequim, no final de março. O acordo aumentará as principais importações chinesas do Brasil, como milho, soja, minerais e carne.

O Banco BOCOM BBM anunciou a utilização do China Interbank Payment System (CIPS), alternativa chinesa ao SWIFT. O objetivo é reduzir os custos das transações comerciais por meio do câmbio direto entre o real e o yuan. O banco será o primeiro participante direto desse sistema na América do Sul.

A filial brasileira do Banco Industrial e Comercial da China será o banco de compensação local de yuans no Brasil. A flexibilização das restrições ao uso do yuan busca promover ainda mais o comércio bilateral e facilitar o investimento usando o yuan.

Analistas chineses avaliam que, além de estimular o comércio e o investimento, o acordo de compensação também marcará outro passo em direção à internacionalização do yuan. •



NO BANCO DOS RÉUS Donald Trump comparece diante do Tribunal de Manhattan para ouvir as acusações feitas por promotores públicos por registros contábeis falsos em suas empresas. Ele enfrentará o júri em dezembro

TRUMP ACUSADO DE 34 CRIMES

O ex-presidente dos Estados Unidos enfrentará em dezembro a Justiça Criminal de Nova York. Ele é acusado de falsificar registros comerciais para pagar pelo silêncio de duas mulheres com quem teria mantido relações sexuais antes da Casa Branca

O ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump está em apuros. Ele foi acusado na terça-feira, 5, de 34 crimes em um esquema para enterrar alegações de casos extraconjugais que surgiram durante sua primeira campanha eleitoral à Casa Branca. Os promotores o acusam de conduta criminosa e abriram o caminho para um possível julgamento criminal em Nova York, onde se tornou uma celebridade décadas atrás.

O indiciamento se concentra em alegações de que Trump falsificou registros comerciais internos de

sua empresa enquanto tentava encobrir um esforço para influenciar a eleição de 2016, arranjando pagamentos que silenciavam alegações potencialmente prejudiciais à sua candidatura. Ele é acusado de falsificação de registros relacionados a cheques enviados enviados a seu advogado para reembolsá-lo pelo pagamento a uma atriz pornô que tivera encontros sexuais com Trump anos antes.

“O réu, Donald J. Trump, falsificou registros comerciais de Nova York para ocultar uma conspiração ilegal que poderia minar a integridade da eleição presidencial de 2016 e outras violações das leis

eleitorais”, disse o promotor distrital assistente Christopher Conroy.

O ex-presidente ouviu às acusações em silêncio, diante do tribunal de Manhattan. Ele se disse “inocente” ao enfrentar o juiz que o advertiu a abster-se de retórica que poderia causar agitação entre seus apoiadores. Trump pronunciou apenas 10 palavras no tribunal. E encarou por algum tempo o promotor distrital de Manhattan, Alvin Bragg, que abriu o caso.

Cada acusação de falsificação de registros comerciais é um crime, punível com até quatro anos de prisão – embora ainda não esteja claro se um juiz vai im-



ESCÂNDALO SEXUAL Os problemas de Donald Trump não têm a ver com os supostos casos que manteve com a ex-playmate Karen McDougal ou a antiga atriz pornô Stormy Daniels, mas por falsificar os pagamentos feitos a ambas

por qualquer pena de prisão se Trump for condenado. A próxima data do tribunal é 4 de dezembro – dois meses antes de os republicanos começarem seu processo de indicação do candidato da legenda à Presidência dos Estados Unidos – e Trump deverá comparecer novamente. O certo é que uma condenação não impediria Trump de concorrer ou ganhar a Presidência em 2024.

A acusação também aprofundou a retórica de Trump sobre o caso, com os promotores a certa altura entregando impressões de suas postagens nas redes sociais ao juiz e aos advogados de defesa enquanto Trump observava. O juiz Juan Merchan não impôs uma ordem de silêncio, mas disse aos advogados de Trump para instá-lo a abster-se de postagens que possam encorajar a agitação.

Os contornos gerais do caso são conhecidos há muito tempo, concentrando-se em um esquema que os promotores dizem ter começado meses após sua candidatura em 2015, quando seu passado de celebridade colidiu com suas ambições presidenciais.

Embora os promotores tenham expressado confiança no caso, uma condenação não é certa, dadas as complexidades legais das acusações, a aplica-

ção das leis eleitorais estaduais a uma eleição federal e a provável confiança dos promotores em uma testemunha-chave, o ex-advogado de Trump Michael Cohen, que se declarou culpado em 2018 por declarações falsas.

O caso gira em torno do pagamento feito por Cohen a duas mulheres – a estrela pornô Stormy Daniels e a modelo da Playboy Karen McDougal – que disseram ter tido encontros sexuais extracônjugais com Trump anos antes, bem como a um porteiro da Trump Tower que alegou saber de uma criança que o ex-presidente teria fora do casamento. Trump nega ter mantido relações sexuais com Daniels e McDougal e negou qualquer irregularidade envolvendo pagamentos.

“Não se trata apenas de um pagamento. São 34 declarações falsas e registros comerciais que ocultavam conduta criminosas”, disse Bragg a repórteres, quando questionado sobre como os três casos separados estavam conectados.

Todas as 34 acusações contra Trump estão ligadas a uma série de cheques emitidos a Cohen, reembolsando-o pelo pagamento de Stormy Daniels. Esses pagamentos, feitos ao longo de 12 meses, foram registrados em vários

documentos internos da empresa como sendo para um retentor legal que os promotores dizem não existir. Cohen testemunhou perante o grande júri e espera-se que seja uma das principais testemunhas de acusação.

Nove desses cheques mensais foram pagos com as contas pessoais de Trump, mas os registros relacionados a eles foram mantidos no sistema de dados das suas empresas.

Os promotores alegam que a primeira instância de Trump direcionando pagamentos de dinheiro secreto ocorreu no outono de 2015, quando um ex-porteiro da Trump Tower estava tentando vender informações sobre um suposto filho fora do casamento de Trump.

David Pecker, amigo de Trump e editor do National Enquirer, fez um pagamento de US\$ 30.000 ao porteiro para adquirir os direitos exclusivos da história, num acordo para proteger Trump durante sua campanha presidencial. A empresa de Pecker posteriormente alegou que a história do porteiro era falsa, mas ainda assim é acusado de ter reforçado a confidencialidade do porteiro por insistência de Cohen até depois do dia da eleição. •



O 'EXAGERADO' FARIA 65 ANOS

Poeta rebelde e porta-voz de uma geração, Cazuzza faz falta num país que está em constante busca de respostas para suas próprias mazelas. Ele morreu aos 32 anos, vítima de AIDS, mas era uma voz lúcida e um bálsamo na caretice nacional

Guto Alves

Um jovem em ebulição permanente, de carreira meteórica. Um poeta exagerado, compositor intenso, de vida boêmia e uso de drogas sem medidas pelas madrugadas cariocas. No meio de uma geração que experimentava liberdade sexual, Agenor de Miranda Araújo, o

Cazuzza, deu persona ao transgressor do Leblon.

Filho de família milionária, o rebelde cheio de causas transitava sua revolução pela rua Dias Ferreira, atravessando madrugadas entorpecidas de ilícitos e encontros que mudariam sua vida - e a do rock brasileiro. Se não tivesse morrido vítima da Aids há três décadas, Cazuzza teria completado 65 anos de idade em 4 de abril.

Foi um dos nomes pioneiros ao assumir publicamente a doença. No sorriso do hoje eterno menino tresloucado, homossexual assumido, que fez do corpo adoecido uma luta social e do canto um, há uma voz potente que cantou o país e figura entre os mais prestigiados até hoje.

Cazuzza nasceu no Rio de Janeiro, em 4 de abril de 1958. É filho de Lucinha Araújo, uma ativista

social, e de João Araújo, um dos nomes mais poderosos da indústria musical brasileira, fundador da gravadora Som Livre.

Desde pequeno, o menino Cazuzo viveu envolto à música pelo contato constante com as produções do pai, que lançava sucessos atrás de sucessos em seu selo. Artista privilegiado, cresceu em volta dos maiores nomes da música popular brasileira, alguns ainda mais “estrelados” à época, estourando, como Caetano Veloso, Elis Regina, Gal Costa, Gilberto Gil, João Gilberto, os Novos Baianos, dentre outros que acabaram por formar uma referência de música brasileira na formação de Cazuzo - alguns, de ídolos a amigos e intérpretes de suas canções.

Fã desde pequeno da dramaticidade musical e latina de cantoras como Maysa, Dolores Duran, e também do desespero passional de Lupicínio Rodrigues, Cazuzo também se influenciou, quando morou em Londres - um pré-contato com a geração beat, que teria logo depois nos Estados Unidos - por lendas como Janis Joplin, Led Zeppelin e Rolling Stones. Quando se mudou para a terra ianque, no final de 1979, se maravilhou com a literatura beat e com os poetas malditos - transformando-se ele próprio em uma espécie de um deles, num impulso para vivê-los em toda sua intensidade.

Foi no famoso Circo Voador, na capital fluminense, que o amigo de todos e filho do midas que Cazuzo virou-se para a arte por completo. Na época, fez teatro com o grupo Asdrúdal Trouxe o Trombone, capitaneado por Regina Casé e Hamilton Vaz Pereira.

Quando estreou na voz, neste período, o fez em razão da recusa de Léo Jaime para uma certa banda de garagem que se formava, então, no bairro do Rio Comprido, no Rio de Janeiro. Léo não quis e indicou Cazuzo para os vocais. Ali, nascia o Barão Vermelho, que

conquistou o país - não sem um empurrão do todo poderoso da Som Livre, que mais tarde deixaria o grupo “de lado” para focar na carreira solo de Cazuzo.

Ao lado de Robert Frejat, intérprete que mais gravou composições de Cazuzo, de Dé Palmeira, Maurício Barros e Guto Golffi, o menino Agenor integrou o Barão Vermelho e dali em diante a vida de nenhum deles seria a mesma, em especial a de Cazuzo.

Com as composições da dupla Cazuzo-Frejat, a banda alçou o sucesso do rock nacional com

COMO SERIA CAZUZO NO SÉCULO 21 DA COMUNICAÇÃO INSTANTÂNEA E VIRAL? POSSIVELMENTE ELE ESTARIA RINDO DO IMEDIATISMO

gravações autorais que estouraram no país. No álbum de estreia já nascia um dos maiores sucessos: “Todo amor que houver nessa vida”. Esta é uma de suas canções mais gravadas até hoje. Nos anos 80, com o fervor em torno do grupo e Cazuzo tonificando o sucesso de todos, Caetano Veloso chegou a apontá-lo como o maior poeta da geração.

Em citações, muitas vezes apócrifas, assim como ocorre com Caio Fernando Abreu, Cazuzo é

um dos campeões na internet. Uma rápida busca em seu nome no Twitter ou no Instagram, é possível achar dezenas de perfis dedicados a fotografias e trechos de suas músicas e pessoas publicando aspas de seus escritos como legenda para fotos - fenômeno mais pop do que rock, mas ossos do tempo.

Muitos se perguntam como seria um Cazuzo com 65 anos, um exagerado analógico com acesso ao instantâneo do digital, a velocidade onipresente da comunicação. É possível que risse do que se chama viralizar, muito mais possível ainda que permaneceria um viralizado. Suas falas em entrevistas a Jô Soares e Marília Gabriela, por exemplo, já doente com AIDS, aparecem sempre em recortes de vídeos nos Reels e TikToks da vida.

Em 15 e 20 de janeiro de 1985, o Barão Vermelho se apresentou na primeira edição do Rock in Rio. A apresentação da banda, disponível no YouTube, tornou-se antológica por coincidir com a eleição do presidente Tancredo Neves e com o fim da ditadura militar. Cazuzo anunciava ao público presente. E, para comemorar, cantou “Pro dia nascer feliz”.

Pós-Barão Vermelho, lançou-se em voo solo e era só Cazuzo. No sol, a praia. Na noite, a rua. O sucesso da banda o catapultou a astro nacional do rock e sua persona se construiria em um jovem cada vez mais “consciente”, revoltado e dedicado à música como uma forma de declarar polêmicas, um tanto sem medo.

Entre os clássicos compostos por Cazuzo, eternizados em sua voz e na de outros gigantes da música brasileira, estão “Maior abandonado”, “Bilhetinho azul”, “O tempo não pára”, “Bete Balanço”, “Mal nenhum”, “Exagerado”, “Codinome beija-flor”, entre tantas outros.

O cantor e compositor deixou 230 obras que já foram gravadas

272 vezes por outros artistas, segundo o Escritório Central de Direitos Autorais (Ecad), que também fez um levantamento das músicas mais tocadas de Cazuza nos últimos dez anos. Dessas, cinco foram gravadas em parceria com Frejat.

A mais regravada é “Codinome Beija-Flor”, e a mais tocada, “Exagerado”. Segundo Lucinha Araújo, responsável pelo espólio, há ainda canções inéditas guardadas. Ney Matogrosso, que teve Cazuza como seu grande amor – os dois viveram um romance antes mesmo de Cazuza se lançar –, tem um projeto com Lucinha de gravar um especial com estas letras inéditas.

Rosto e nome emblemáticos dos anos 1980, Cazuza era uma espécie de símbolo das transformações sociais, culturais, econômicas e comportamentais de sua época. Era uma voz jovem, de jovens, com alcance nacional. Talvez fosse mesmo só um rebelde do Leblon, ou como dizem hoje, um ‘nepo baby’, por ter nascido em berço de ouro, mas fez questão de reconhecer de onde vinha e criticar a desigualdade que o fazia privilegiado em um país de miseráveis, sobre quem cantou, por quem pediu piedade. Nos costumes, transgrediu a sexualidade ao tratá-la como uma afronta natural – ‘sou assim, que posso fazer?’.

Crítico desde sempre, em um de seus registros mais pungentes, se mostrava revoltado, já em 1988, com o discurso religioso que tomava pauta no país. Indagado por Marília Gabriela no programa “Cara a Cara” sobre algo ou alguém por quem teria desprezo total, não titubeou e aproveitou para declarar-se um artista de esquerda: “Meu desprezo total? Pela direita, pela Igreja. Eu acho a direita uma coisa tão mesquinha... eu gosto de viver no coletivo. Eu sou de esquerda porque eu tenho muito amigo, eu gosto de dividir

minhas coisas. [...] Você sabe que ela não prega a divisão no fundo, né? A igreja quer dinheiro”, disse. Apesar de já doente, Cazuza negou à Marília que estivesse com AIDS.

Dois meses após a transmissão da entrevista, no entanto, Cazuza revelou a Zeca Camargo, então repórter da Folha de S. Paulo, que era portador do vírus e que estava doente, mas empolgado com um possível tratamento no Boston Medical Center, nos Estados Uni-

CAZUZA FOI O SÍMBOLO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, CULTURAIS, ECONÔMICAS E COMPORTAMENTAIS DE SUA ÉPOCA. ERA UM ESPÍRITO REBELDE JUVENIL

dos, onde chegou a ficar internado e com esperança de cura.

Nesta entrevista, o artista explicou por que negou a doença à Marília Gabriela. “Ela veio me falar que não fazia sentido o fato de eu negar o vírus e a minha posição liberal como artista. Aí eu pensei, vi que ela tinha razão e achei melhor parar de esconder”, afirmou.

Em abril daquele ano, a revista Veja, como muitos veículos que não se davam ao trabalho de tratar o tema com responsabilidade, esclarecendo sobre a transmissão do vírus HIV e a Aids – e sabendo

do estigma e o preconceito que carregavam ao paciente portador e doente –, estampou um Cazuza esquelético, com sua sentença de morte declarada em uma publicação de distribuição nacional.

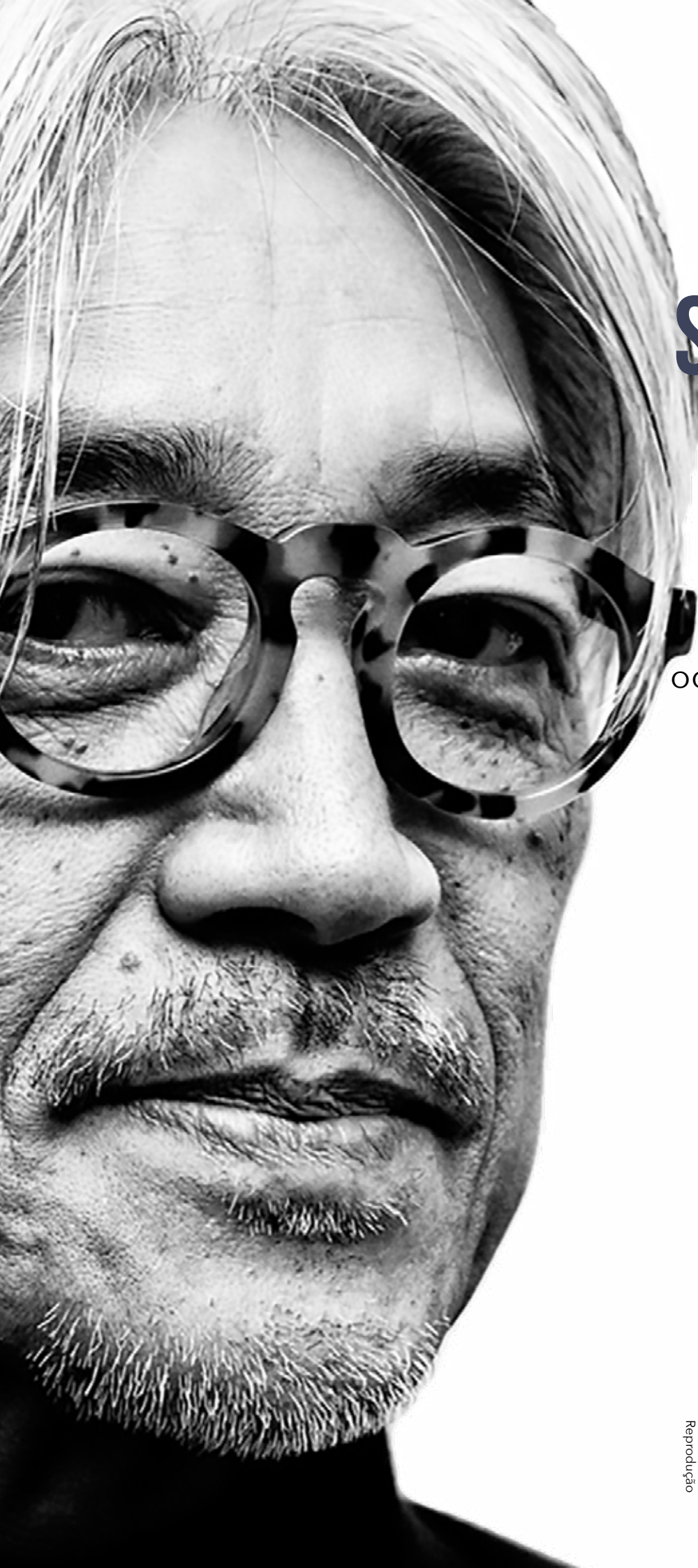
“Uma vítima da Aids agoniza em praça pública”, dizia *Veja*. Apesar das polêmicas e do escrutínio, Cazuza prestava um serviço à saúde pública brasileira, em especial a homossexuais, sendo a primeira personalidade nacional a fazer essa declaração na época. Ajudou milhares de vítimas da doença e do preconceito e abriu debate sobre o tema.

O legado de Cazuza hoje é imenso. Além da vasta obra inédita que deixou, algumas já até gravadas, como a emblemática “Poema” (escrita em homenagem à avó paterna e guardada com ela até a morte), que sua mãe entregou para que Ney Matogrosso a gravasse com exclusividade, mantém presença ainda pujante em versões, encontro de amigos e até mesmo como hinos de canções de protesto e críticas sociais e políticas (– “Brasil”, na voz de Gal Costa, por exemplo, é um caso. E “O tempo não pára”, outro).

Cazuza morreu aos 32 anos de idade, em 1990, enlutando um país e a música. Sua mãe, Lucinha Araújo, comandou de 1990, logo após sua morte, até 2020, por 30 anos, o Instituto Viva Cazuza. A instituição, além de manter viva a memória do cantor, dava apoio a pacientes com Aids/HIV, em especial crianças abandonadas.

Infelizmente, não sobreviveu à crise da pandemia e as atividades foram encerradas. A coragem e o exemplo de luta, verdade e a transgressão do poeta, no entanto, foram capazes de ajudar milhares de famílias e portadoras do vírus HIV mesmo após sua partida.

Um sonho de Cazuza ainda vivo. Homenageado com filmes, musicais e canções, segue figura da MPB abrindo portas. •



ADEUS A RYUCHI SAKAMOTO

Músico, compositor e ator, o artista japonês morto aos 71 anos fez a ponte entre a música eletrônica experimental, o ocidente e o oriente e a tradição de seu país e as paradas pop

Bia Abramo

Quem viu o filme, em qualquer formato, não esquece da cena. Estamos num campo de prisioneiros no Japão, durante a Segunda Guerra. Um grupo de soldados e oficiais britânicos está preso, em condições péssimas. O oficial inglês encarregado de negociar com o comandante japonês será punido por insubordinação diante de todos os prisioneiros, sob um sol escaldante. Ajoelhado diante do capitão Hosoi, se prepara para receber o golpe de espada na nuca. O major Celliers, carismático e durão, se aproxima de Hosoi, que pensa ver um movimento para liberar o oficial condenado, mas isso resulta num beijo entre os dois militares inimigos.

Reprodução



DOSE DUPLA Ao lado do ator, cantor e compositor David Bowie, Ryuchi Sakamoto era estrela do filme "Furyo, em nome da honra (1983), dirigido por Nagisa Oshima. Além de atuar, a sua linda trilha sonora marcou uma época

A reviravolta da história de "Furyo - Em Nome da Honra" (*Merry Christmas, Mr. Lawrence*) seria, por si só, emblemática para o ano de 1983, mas com Ryuichi Sakamoto e David Bowie escalados para Hosoi e Celliers, a cena atingiu o status de uma pérola pop. Sakamoto e Bowie já eram artistas da música pop internacional – o músico oriental à frente da banda Yellow Magic Orchestra e o inglês na esteira de "Let's Dance" – quando estrelaram o filme de Nagisa Oshima, carregado nas tintas da violência da guerra, mas com uma carga de tensão sexual enorme – e reprimida.

Sakamoto, ator, compositor, produtor e músico, morreu em 28 de março, aos 71 anos, em Tóquio. Era um artista bem dentro de seu tempo. Formou-se na Universidade Nacional de Tóquio em artes e música. No final dos anos 1970, passou a integrar a Yellow Magic Orchestra, projeto experimental de música eletrônica, onde tocava sintetizadores e cantava.

"Firecracker", faixa de 1979, foi ao topo das paradas britânicas e

tornou-se uma das responsáveis pela verdadeira "mania nipônica" que permeou a cultura ocidental entre os fins da década de 1970 e início da de 1980. Ainda mais depois dos filmes de Nagisa Oshima, como "O Império dos Sentidos" (1976), premiado em Cannes.

Em paralelo a YMO, Sakamoto era produtor e compositor nos dois primeiros discos do Japan, a mais influente banda do pós-punk japonês. E David Sylvian, vocalista da banda, em troca, faria a voz melancólica da canção "Forbidden Colors", da trilha sonora de "Furyo", também assinada por Sakamoto.

Ao longo de sua trajetória, ele colaboraria também com artistas distintos, como Iggy Pop, Caetano Veloso, Towa Tei e DJ Dmitry (grupo Deee-Lite) e Thomas Dolby, entre outros.

Compositor de formação erudita, assinou várias trilhas de filmes que marcaram época, como "O Último Imperador" (1987), da fase épica-histórica do cineasta italiano Bernardo Bertolucci. Por

essa trilha, ele e David Byrne ganharam um Oscar. Trabalhou em filmes de Pedro Almodóvar ("De Salto Alto", 1992) e Brian de Palma (Snake Eyes, 1998, e Femme Fatale, 2002).

Em carreira solo, lançou mais de duas dezenas de discos, sempre na fronteira do pop e, em muitos casos, ressignificando as tradições da música japonesa. Entre os destaques, "Coda", de 1983, com as versões de piano da trilha de "Furyo"; "Illustrated Musical Encyclopedia" (1985); e a recuperação da parceria com David Sylvian, "World Citizen" (2003); e "async", também tema do documentário "Coda", de 2017, dirigido por Stephen Nomura Schible e premiado no Festival de Veneza.

"Você tem de abrir seus ouvidos o tempo todo porque alguma coisa pode acontecer inesperadamente. Qualquer coisa pode ser música", dizia Sakamoto sobre seu processo criativo, marcado pelo improvisado inicial e o rigor cuidadoso que caracterizava a sua linda música. •

VIOLÊNCIA NO BRASIL

desafio das periferias

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

Organização

Felipe da Silva Freitas

Amanda Pimentel | Artur Henrique dos Santos | Bruno Langeani | Dandara Tonantzin Silva Castro | Danilo Sales do Nascimento | Dudu Ribeiro | Felipe da Silva Freitas | Gustavo Queiroz | Jackeline Aparecida Ferreira Romio | Juliana Borges da Silva | Juliana Gonçalves | Maíra de Deus Brito | Pablo Nunes | Paulo César Ramos | Poliana da Silva Ferreira | Ricardo Moura | Silvia Ramos | Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

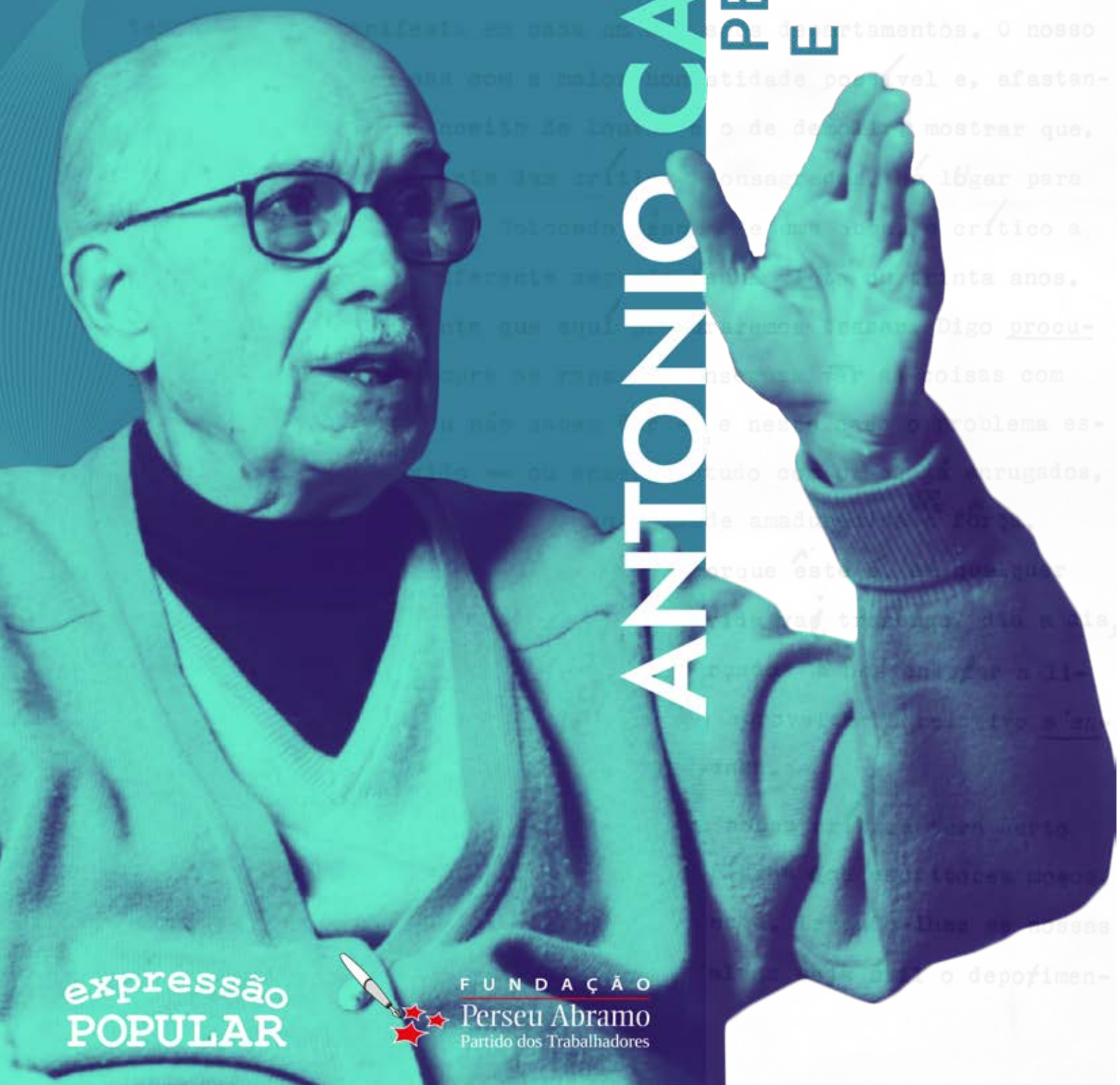
RECONEXÃO
PERFERIAS

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ORGANIZAÇÃO
FLÁVIO AGUIAR

2ª EDIÇÃO

ANTÔNIO CANDIDO PENSAMENTO E MILITÂNCIA



expressão
POPULAR



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores